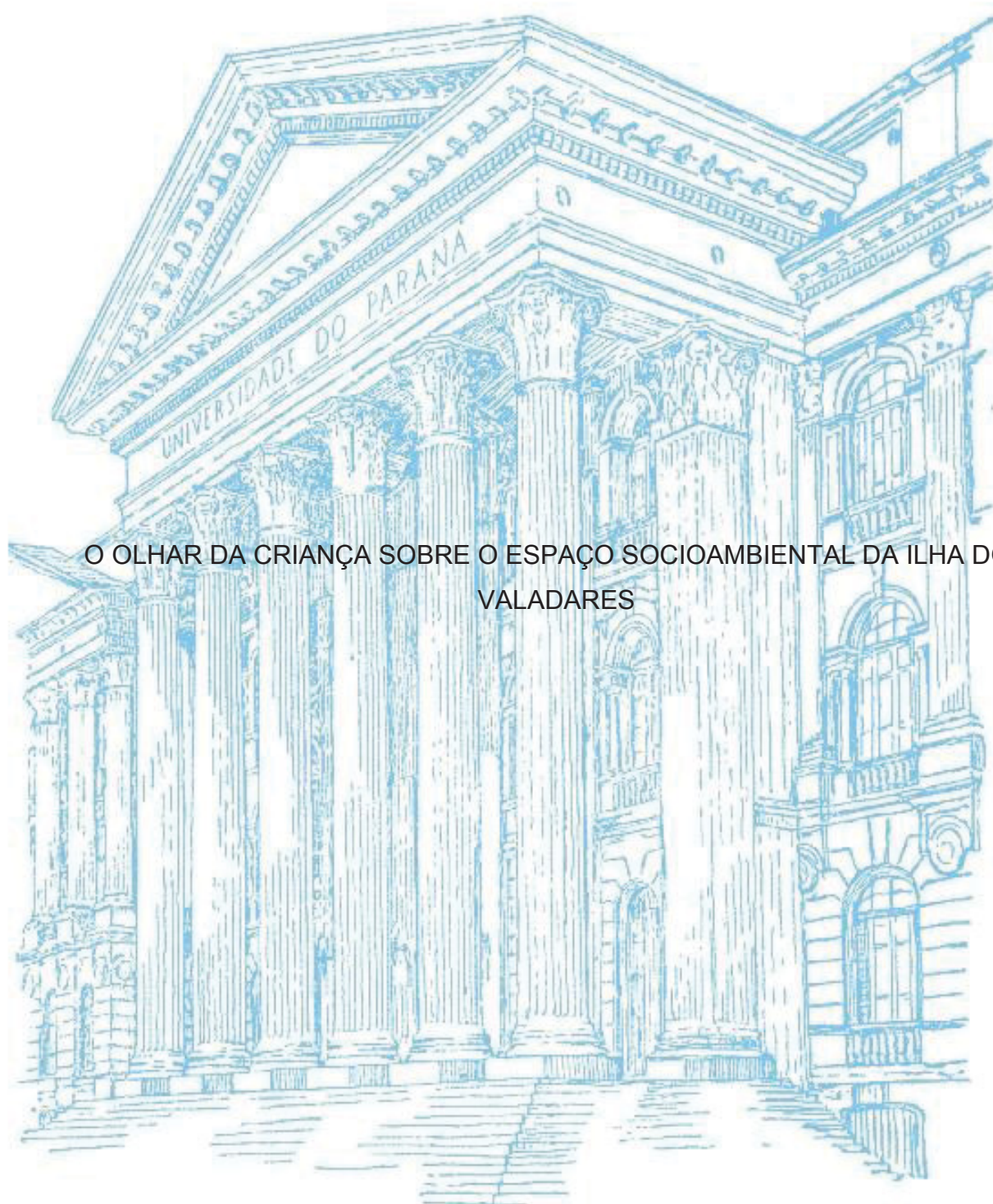


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA



O OLHAR DA CRIANÇA SOBRE O ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL DA ILHA DOS  
VALADARES

MATINHOS

2018

PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA

O OLHAR DA CRIANÇA SOBRE O ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL DA ILHA DOS  
VALADARES

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de título de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, do Programa de Pós Graduação em Rede Nacional, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Maurício César Vitória Fagundes

MATINHOS

2018

---

Pereira, Paula da Silva Inácio

O olhar da criança sobre o espaço socioambiental da Ilha dos Valadares  
[recurso eletrônico] / Paula da Silva Inácio Pereira. – Matinhos, 2018.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal do Paraná,  
Setor Litoral, Programa de Pós-Graduação em Rede para o Ensino das  
Ciências Ambientais, 2018.

Orientador: Maurício César Vitória Fagundes.

1. Educação ambiental – Crianças – Valadares, Ilha dos (PR) –  
Paranaguá (PR). 2. Educação ambiental – Educação infantil. I. Fagundes,  
Maurício César Vitória. II. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral.  
Programa de Pós-Graduação em Rede para o Ensino das Ciências  
Ambientais. III. Título.

CDD 333.7071



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR LITORAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO  
PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS  
CIÊNCIAS AMBIENTAIS

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PAULA DA SILVA INÁCIO PEREIRA** intitulada: **O OLHAR DA CRIANÇA SOBRE O ESPAÇO SOCIOAMBIENTAL DA ILHA DOS VALADARES**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 08 de Novembro de 2018.

  
MAURICIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
DANIELLE MARAFON  
Avaliador Externo (UNESPAR)

  
MARIA DA GRAÇA KFOURI LOPES  
Avaliador Interno (UFPR)

  
MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA  
Avaliador Externo (UFS)

Àqueles que contribuíram nestes últimos sete anos na construção de um caminho de descoberta e re-conhecimento de minha profissão.

Aos que acreditam na educação pública de qualidade a partir da reflexão sobre o espaço às transformações podem ocorrer, principalmente quando feita com crianças, em que a educação escolar assume a dimensão da vida (de onde nunca deveria ter se afastado).

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus, pela vida plena de verdade e alegria em que encontro todos os dias razões para sorrir e continuar tendo, mesmo diante dos desafios.

À minha família, na sua humildade me ensina os verdadeiros sentimentos de amor, generosidade e ética. A minha mãe, Marcia Rita da Silva Inácio, exemplo de coragem e persistência que mesmo tardiamente, me orgulha pela profissional, aluna e pessoa que se faz na educação. Ao meu pai, Valdecir Elias Inácio, seu caráter me inspira e a minha irmã Marina Inácio pela amizade que me faz sentir presente em sua vida.

Em especial, meu amado Allan Carlos Pereira, maior incentivador, companheiro e crítico de minhas tomadas de decisões, sejam estas profissionais ou acadêmicas. A você meu amor, gratidão, respeito e principalmente, compreensão pela ausência quando se fez necessário.

Às minhas amigas de antes e de hoje “Núcleo Duro”: Ana Paula Falanga, Vandecy Dutra, Tenile Xavier, Irazilda Dalago e Vivian de Oliveira, companheiras e inspiradoras que mesmo diante de tantos desafios não deixam de acreditar na transformação e na educação pública de qualidade.

À Eliz Howard e Micaela Boaventura, amigas que o Mestrado Profissional me apresentou, companheiras neste desafio de se fazer pesquisadoras e pesquisa interdisciplinar, ao desafio posto, mas que se torna mais prazeroso quando feito na coletividade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Maurício César Vitória Fagundes, pela caminhada alternada por momentos em que mestranda e orientador colocam-se na posição de pesquisadores e ambos contribuíam mutualmente para a produção do outro. Minha gratidão por direcionar em palavras e em ações a defesa de uma educação libertadora, numa tentativa de provocar a mudança a partir do sujeito.

Aos demais amigos/profissionais conquistados ao longo do caminho, os quais contribuíram nesta pesquisa e na construção de um ser inacabado, direta ou indiretamente sustentaram para me fazer entender profissional da educação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

*A alegria não chega apenas no encontro do achado,  
mas faz parte do processo da busca.  
E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura,  
fora da boniteza e da alegria.*

**Paulo Freire**



## RESUMO

A trajetória desta pesquisa foi marcada pelo processo de imersão na Ilha dos Valadares e pelas ações realizadas por três alunas do Programa de Pós Graduação em Mestrado Profissional que ao longo de quatorze meses definiram coletivamente um projeto a ser desenvolvido sobre a Ilha dos Valadares e traçando ações conjuntas, porém com sujeitos e técnicas de análises diferenciadas. Na busca pela compreensão como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço fosse. Objetivando problematizar com as crianças nos espaços formais e não formais de educação da Ilha dos Valadares, suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que desejariam como realidade. A fundamentação teórica buscou contextualizar a Educação Ambiental como política educacional, as legislações, os conceitos da pedagogia de Paulo Freire, a educação popular numa relação dialógica, a linha que defende o desenvolvimento infantil a partir da dimensão biológica e cultural e o direito da criança interagir com os elementos da natureza. Os caminhos traçados para a metodologia são pautados na pesquisa participante, de base qualitativa, exploratória e com princípios etnográficos na inserção na comunidade, utilizando as técnicas da observação livre e participante com registros em diário de bordo, entrevistas semiestruturadas e grupo de discussão para levantamento das informações. As informações culminaram em dois artigos científicos, o primeiro artigo apresenta o início da pesquisa e do envolvimento na comunidade, pela abordagem metodológica a partir da etnografia, diagnosticando as demandas ambientais e expressões culturais pelo processo de formação permanente com os profissionais da educação da Ilha e decorrente do diálogo com as crianças, culminando com a realização de uma exposição em praça pública. No espaço não formal, através de oficinas na Associação de Moradores da Ilha dos Valadares. O segundo artigo descreve a abordagem metodológica a partir da pesquisa participante com as crianças, na ampliação dessas percepções, foram chamados ao diálogo os familiares e gestores municipais. Finaliza esta pesquisa reafirmando o compromisso com uma ciência crítica sobre a realidade, como possibilidade de se constituir instrumento e/ou suporte para as transformações e as mudanças a partir das crianças, das suas percepções e da capacidade de sensibilizar um adulto quando consegue demonstrar sua convicção a partir de suas aprendizagens e argumentos derivados destas. O processo resultou em quatro produtos: formação permanente com professores da ilha, seguida com a inserção dos agentes de saúde, a cartografia social, o esboço de um livro/informativo sobre o saneamento básico no local e a carta manifesta construída pelas crianças.

Palavras-chaves: Protagonismo Infantil. Interdisciplinaridade. Teoria e Prática. Educação Libertadora. Educação Popular.



## **ABSTRACT**

The trajectory of this research was marked by the process of immersion in the Valadares Island and by the actions carried out by three students of the Postgraduate Program in Professional Masters that during the fourteen months collectively defined a project to be developed on the Valadares Island and mapping actions with different subjects and techniques of analysis. In the search for understanding how children and their families perceive their surroundings and how they would like this space to be. Aiming to problematize with children in the formal and non formal educational spaces of Valadares Island, their perceptions about the environment and the possible movements resulting from this perception, in the direction of what they would like as reality. The theoretical foundation sought to contextualize Environmental Education as educational policy, legislation, Paulo Freire's concepts of pedagogy, popular education in a dialogical relationship, the line that advocates child development from the biological and cultural dimension and the right of the child to interact with the elements of nature. The paths mapped out for the methodology are based on the participant research, with a qualitative, exploratory base and with ethnographic principles in the community insertion, using the techniques of free and participant observation with records in logbook, semi-structured interviews and discussion group to survey the information. The information culminated in two scientific articles. The first article presents the beginning of research and community involvement, through the methodological approach based on ethnography, diagnosing the environmental demands and cultural expressions through the process of permanent formation with the education professionals of the Island and resulting from dialogue with children, culminating in an exhibition in a public square. In the non-formal space, through workshops in the Residents of Valadares Island's Association. The second article describes the methodological approach from the participant research with the children, in the expansion of these perceptions, the family members and municipal managers were called to the dialogue. It ends this research by reaffirming the commitment to a critical science about reality, as a possibility to be an instrument and/or support for the transformations and changes from the children, their perceptions and the capacity to sensitize an adult when he can demonstrate his conviction based on their learning and arguments derived from them. The process resulted in four products: permanent formation of teachers on the island, followed by the insertion of health workers, social cartography, the drafting of a book/informative on basic sanitation on the spot and the manifesto built by the children.

Key-words: Child Protagonism. Interdisciplinarity. Theory and Practice. Liberating Education. Popular Education.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	ILHA DOS VALADARES.....	49
FIGURA 2	-	I EXPOSIÇÃO – COMUNIDADE EDUCATIVA: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES.....	57
FIGURA 3	-	POEMA E DESENHO CONSTRUÍDO PELA CRIANÇA.....	64
FIGURA 1	-	MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	73
FIGURA 2	-	MAPEAMENTO ETNO-AMBIENTAL DA ILHA DOS VALADARES.....	78
FIGURA 3	-	CARTOGRAFIA SOCIAL DA ILHA DOS VALADARES.....	79
FIGURA 4	-	GESTORES MUNICIPAIS OUVEM AS PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A ILHA DOS VALADARES.....	80

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	-	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
QUADRO 1	-	AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO FORMAL.....	58
QUADRO 2	-	AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO NÃO FORMAL.....	61
QUADRO 1	-	AÇÕES DESENVOLVIDAS, NOVAS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO.....	75

## **LISTA DE SIGLAS**

AMIV - Associação dos Moradores da Ilha dos Valadares

APP - Área de Preservação Permanente

AS - Agentes de Saúde

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CMEIs - Centros Municipais de Educação Infantil

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EA - Educação Ambiental

GTEI - Grupo de Trabalho da Educação Infantil

ICH - Interações Culturais e Humanísticas

IPARDES - O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFCIAMB - Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais

PROINFANTIL - Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEMEDI - Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá

UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	15
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	19
1.3	METODOLOGIA.....	22
<b>2</b>	<b>A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO DIÁLOGO CRÍTICO SOBRE A REALIDADE, EDUCAÇÃO E A CRIANÇA.....</b>	<b>31</b>
2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA POLÍTICA EDUCACIONAL.....	31
2.2	QUESTÕES AMBIENTAIS E A EDUCAÇÃO POPULAR NUMA RELAÇÃO DIALÓGICA.....	35
2.3	A CRIANÇA, CENTRALIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO.....	39
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....</b>	<b>44</b>
3.1	COMUNIDADES EDUCATIVAS E A (RE)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES – PARANAGUÁ/PARANÁ.....	45
3.2	A RESSIGNIFICAÇÃO DA IMAGEM SOBRE O AMBIENTE: O OLHAR DA CRIANÇA A RESPEITO DA ILHA DOS VALADARES – PARANAGUÁ – PARANÁ.....	67
<b>4</b>	<b>AFINAL, EDUCAÇÃO PÚBLICA, EXPRESSÃO E AÇÃO DA CRIANÇA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO: O QUE FOI POSSÍVEL? REFLEXÕES.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>
	<b>ANEXO 1 – CARTA MANIFESTA - TERCEIRO PRODUTO.....</b>	<b>96</b>
	<b>ANEXO 2 – ATIVIDADE LÚDICA.....</b>	<b>97</b>
	<b>ANEXO 3 – PESQUISA COM OS PAIS FEITA PELAS CRIANÇAS.....</b>	<b>99</b>
	<b>ANEXO 4 – ESBOÇO DO LIVRO/INFORMATIVO SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO NA ILHA DOS VALADARES.....</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE 1 – INSCRIÇÃO - COMUNIDADE EDUCATIVA: QUESTÕES</b>	

<b>SOCIOAMBINETAIS DA ILHA DOS VALADARES – PRIMEIRO PRODUTO.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICE 2 – CARTA CONVITE À COMUNIDADE EDUCATIVA - 2º FASE.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CRIANÇAS.....</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS OU RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A apresentação desta pesquisa inicia contextualizando a história de vida da pesquisadora e o caminho que a profissional traçou, fundamentais para a realização deste estudo numa perspectiva de continuidade e sentido a quem servirá com a ciência, seguida da exposição da problemática, objetivos e sujeitos integrantes desse estudo. A autora apresenta a estrutura da dissertação, descrevendo os principais conceitos e autores utilizados, aponta um quadro resumo orientando o leitor na compreensão da estrutura e objetivos traçados. Os dois últimos subtópicos fundamentam o método de análise e a metodologia escolhidos para a pesquisa.

### 1. 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Por acreditar que o conhecimento se dá a partir das relações estabelecidas e que somos sujeitos em constante transformação, inicio destacando esta afirmação, a qual me encorajou e fortaleceu nos últimos sete anos na trajetória profissional na educação.

Ao ingressar na rede pública de educação como Pedagoga no ano de 2011 numa instituição de Educação Infantil no município de Paranaguá, recém formada e sem nenhuma experiência profissional em educação, acreditei que investir em formação permanente me fortaleceria nas práticas educacionais.

Vários foram os momentos de angústias, no entanto após muita persistência e estudo, concluí três especializações, cursos de aperfeiçoamento, extensão e várias oficinas. Tornei-me militante pela Educação Infantil integrada a Fóruns de discussão, Grupo de Pesquisa, Grupos de Trabalho e Conselho de Educação.

Atualmente Técnica na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Paranaguá, na Direção do Departamento de Educação Infantil e mestranda no Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) sinto-me confiante no trabalho que desenvolvo, pois acredito que as transformações são possíveis através da participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo, numa construção coletiva.

O desafio e a ousadia impulsionaram às pesquisas, ao defender a cultura caiçara e valorizar o local, afinal fui moradora da Ilha dos Valadares por trinta anos e contribuí como pedagoga numa instituição de Educação Infantil do bairro, na



construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) prevendo projetos diferenciados, baseados na construção coletiva sendo *suleador*<sup>1</sup> do trabalho pedagógico.

Além do espaço físico do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) “Arcelina Ana de Pina”, a militância pela Educação Infantil que adentra outros espaços, como a coordenação do Grupo de Trabalho da Educação Infantil, (GTEI) Caiçara, espaço para formação dos profissionais da Educação Infantil, com a parceria com a Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá, o qual se torna o grupo de pesquisa na área com encontros mensais. O GTEI é ligado ao Movimento Interfóruns do país e o Fórum Estadual do Paraná da Educação Infantil, em que encontros sobre as políticas para a infância são constantes. Assim como, a participação no Grupo de Trabalho dos Professores do Magistério, Valor & Ação e Conselheira Municipal de Educação. Participei como coordenadora local para a realização do BagrilCH<sup>2</sup>, a nossa instituição recebeu acadêmicos da UFPR - Setor Litoral para que realizassem ações na comunidade escolar como proposta de intervenção na realidade e estrutura de algumas Escolas e CMEIs do município de Paranaguá.

Acredito ter sido muito importante para a minha tão iniciante trajetória profissional esta associação entre estudos e o movimento social, afinal todo o conhecimento é socializado, numa tentativa de ser mecanismo de transformação da realidade, em defesa da escola pública de qualidade.

As práticas de pesquisa e suas conexões com a caracterização e compreensão a respeito da Ilha dos Valadares, um território rico em suas especificidades, de recursos naturais e os diversos desafios sociais, econômicos, geográficos e culturais a serem superados me impulsiona à reflexão sobre as relações de apropriação dos bens naturais e as possibilidades de construção de um ambiente transformador pelo sujeito em libertação e seu estado de opressão. A presente pesquisa emerge a partir da problemática socioambiental Ilha dos Valadares, o maior bairro do município de Paranaguá com suas especificidades tão complexas.

O questionamento de Brandão (2002) a quem sirvo com minha ciência?

---

<sup>1</sup> Paulo Freire usou esse termo que na realidade não consta dos dicionários de língua portuguesa, chamando a atenção dos leitores (as) para a conotação ideológica dos termos nortear, norteá-la, nortear-se, orientação, orientar-se e outras derivações. (FREIRE, 1997, p. 112).

<sup>2</sup>BagrilCH: Grupo de estudantes da UFPR – Setor Litoral que residem em Paranaguá e toda quarta-feira reúnem-se para o encontro das Interações Culturais e Humanísticas (ICH) são atividades diversificadas que compõem o PPP do Setor Litoral com os Fundamentos Teórico-Práticos e os Projetos de Aprendizagem, devendo ser abertas para estudantes de todos os cursos. O prefixo “Bagri” faz referência há uma espécie de peixe facilmente encontrado na baía de Paranaguá.

Destaco primeiramente a criança, centralidade do trabalho pedagógico, sujeitos as quais dedico minha atenção, cuidado e respeito profissional. Segundo, Ilha dos Valadares é o território com traços e marcas da infância, dos sentimentos e das experiências que integram a pesquisadora como sujeito de sua história e personalidade. E terceiro, como profissional poder contribuir para que os profissionais da educação problematizem com as crianças as questões socioambientais de seu entorno, superando a fragmentação dos conteúdos e não os restringindo a datas específicas e descontextualizadas. A esse fato, reafirmo nas palavras de Brandão (2002) devemos ser coerentes com nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática.

A intencionalidade de realizar uma pesquisa interdisciplinar inicia com a interação de três alunas do Programa de Pós Graduação em Mestrado Profissional que ao longo de quatorze meses definiram coletivamente um projeto a ser desenvolvido sobre o mesmo espaço e traçando ações conjuntas, porém com sujeitos e técnicas de análises diferenciadas. Tendo como base a união das experiências e conhecimentos a partir da formação inicial de cada mestrandia, Eliz Maria Howard, graduada em Educação Física e Direito, divide sua rotina profissional entre o magistério e a advocacia, focou seu olhar sobre os professores da comunidade. Micaela Goes Boechat, graduada em Saúde Coletiva, supervisora das Unidades Básicas de Saúde da Ilha dos Valadares traçou sua pesquisa com agentes de saúde e professores sobre as problemáticas ambientais. Paula da Silva Inácio Pereira, pedagoga e atuante na Educação Infantil buscou a compreensão socioambiental de Valadares a partir do olhar da criança.

Juntas, desenvolveram um projeto interventivo na Ilha dos Valadares, na primeira fase da pesquisa que compreende os seis primeiros meses, planejaram e realizaram momentos de formação para os profissionais da educação da comunidade. Os encontros ocorreram na Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI) de Paranaguá, com carga horária total de dez horas, aproximadamente. O processo que resultou no primeiro produto desta pesquisa, a Comunidade Educativa: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares, a apresentação da proposta e a ficha de inscrição compõem o (APÊNDICE 1).

Na segunda fase, professores e agentes de saúde traçaram um projeto interventivo na ilha dos Valadares, as pesquisadoras conduziam os encontros que ocorreram em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado no

próprio bairro. A carta convite para retomar as propostas compreende o (APÊNDICE 2).

O espaço definido para a pesquisa, Ilha dos Valadares, compreende uma comunidade singular no município de Paranaguá, o bairro com uma população de aproximadamente 22 mil habitantes, segundo dados oficiais do IPARDES (2018). As características e especificidades da ilha evidenciam se tratar de uma área em que a natureza e os aspectos ambientais, colidem com o grande crescimento populacional, com os direitos ambientais negligenciados e uma população de cultura caiçara. O capítulo 3, aprofunda e apresenta o território da pesquisa.

O método adotado para análise dos dados em diálogo com a escolha epistemológica pelo materialismo histórico dialético e os caminhos traçados para a metodologia são pautados na pesquisa participante, de base qualitativa, exploratória e com princípios etnográficos na inserção na comunidade da Ilha dos Valadares, para levantamento dos dados através das técnicas: observação livre e participante com registros em diário de bordo, entrevistas semiestruturadas e grupo de discussão. As informações obtidas durante a pesquisa foram sistematizadas em formato de artigos em fases distintas do processo e apresentadas no capítulo 3 na Análise das Informações.

Esta pesquisa buscou compreender como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço fosse. Objetivando problematizar com as crianças as suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que desejariam como realidade.

A trajetória desta pesquisa foi marcada pelo processo de imersão que fiz junto à comunidade, gerando desdobramentos em ações realizadas com as crianças, nos espaços formais e não formais de educação da Ilha dos Valadares. Após um ano de participação nas propostas das instituições de ensino da rede municipal e a Associação dos Moradores da Ilha dos Valadares (AMIV), foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- a) Re-conhecer junto à comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais;
- b) Descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse;
- c) Construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos

desta pesquisa, propostas alternativas de transformação do ambiente.

Apresento a seguir a estrutura desta dissertação e sua lógica organizacional. Ao final desta, o leitor irá encontrar uma síntese, formulada em um quadro resumo, com o intuito de dar uma perspectiva de totalidade da pesquisa.

## 1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A composição da estrutura dessa dissertação principia com a Introdução, acima já evidenciada, trazendo os tópicos que discorrem sobre a contextualização e história de vida da pesquisadora como o objeto a ser estudado, o método e a metodologia utilizada para a análise dos dados, sendo que foi dividida em duas fases culminadas em dois artigos que apresentam seus participantes e técnicas específicas.

A fundamentação teórica foi dividida em três sessões, na primeira a Educação Ambiental (EA) como uma política educacional, apresentando a legislação brasileira que demarca uma possibilidade para sensibilização dos sujeitos da necessidade de uma nova postura diante da crise ambiental. Afinal, a questão ambiental passa a ser vista pela sua complexidade e interdisciplinaridade uma demanda a ser discutida e induzindo a sociedade na busca de meios sustentáveis para a superação da degradação do ambiente a partir de um conhecimento que supere a complexidade. Os autores referenciados nessa perspectiva foram Henrique Leff (2000); (2001), Frederico Loureiro (2004); (2006), Edgar Moran (2000); (ano), Léa Tiriba (2017); (2018), Arlindo Philippi Jr. et al. (2000) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012).

Na segunda sessão as questões ambientais e a educação popular numa relação dialógica, contextualizam conceitos da pedagogia de Freire, em que oprimido ganha possibilidades de superação à libertação de sua condição, para a transformação de sua realidade. A questão ambiental emerge na perspectiva em que as instituições de ensino dialogam de maneira crítica sobre a realidade posta. Os autores utilizados na fundamentação foram: Calos Rodrigues Brandão (2006, 2015); Paulo Freire (1996,1997,2002); Marta Maria Pernambuco e Antonio Fernando G. da Silva (2009); Lucia Sauvé (2008); Humberto Maturana (2002); Ernesto Jacob Kleim; Raul Fernando dos Santos (2002); Carlos Rodrigues Brandão; Maurício Fagundes (2016).

A terceira e última sessão, a criança, sujeito ativo e a centralidade do processo educativo, aborda a compreensão sobre a linha que defende o desenvolvimento infantil a partir das dimensões: o biológico e a cultura, em que gradativamente à criança adquire condições a partir do meio que vive de associar novos conhecimentos ao seu processo de desenvolvimento. Bem como, buscou através de leituras apresentarem a necessidade dos espaços educativos garantirem à criança condições de interação com os elementos da natureza. As fundamentações basearam-se nos escritos dos autores: Lev Vigotski (2008); Eliza Revesso Vieira (2009); Eloisa Acires Candal Rocha (2017); Sônia Kramer (2016); Christiana Cabicieri Profice (2010) e Léa Tiriba (2010).

Apresentadas as sessões na fundamentação teórica, a dissertação traz na sequência os resultados coletados a partir do foco de cada abordagem metodológica, instrumentos de coleta de informações e objetivos correspondentes em cada fase da pesquisa. Estes estão organizados em dois artigos: o primeiro apresenta o início da pesquisa e do envolvimento na comunidade da Ilha dos Valadares, de caráter etnográfico como abordagem metodológica, em atividades com as crianças, inseridas no espaço formal e não formal. E o segundo artigo descreve a abordagem metodológica a partir da pesquisa participante, apresentando os resultados decorrentes da construção da cartografia social da Ilha dos Valadares realizada pelas crianças e inserção dos familiares na discussão.

A dissertação encerra por meio das considerações finais, avaliando os achados na expectativa de que estes levantamentos e dados iniciais provoquem a elaboração de novos estudos e aprofundamentos.

#### QUADRO 1: ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

(continua)

1 Introdução	1.1 Contextualização (p. 15)
	1.2 Estrutura da Dissertação (p. 19)
	1.3 Metodologia (p. 22)
2 A questão socioambiental no diálogo crítico sobre a realidade, educação e a criança	2.1 Educação ambiental como uma política educacional (p. 31)
	2.2 Questões ambientais e a educação popular numa relação dialógica (pg. 35)
	2.3 A criança - centralidade do processo educativo (p. 39)
3 Análise das Informações	3.1 Comunidades Educativas e a (re)construção do conhecimento: questões socioambientais da Ilha dos Valadares – Paranaguá/Paraná (p. 45)
	3.2 A resignificação da imagem sobre o ambiente: o olhar da criança a respeito da Ilha dos Valadares – Paranaguá – Paraná (p. 67)

Considerações Finais	(p. 88)
Referências	(p. 91)

## QUADRO 1: ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

(continua)

Anexo 1	Carta Manifesta – Terceiro Produto (p. 95)
Anexo 2	Atividade Lúdica (p. 97)
Anexo 3	Pesquisa com os pais feita pelas crianças (p. 99)
Anexo 4	Esboço do Livro/Informativo sobre Saneamento Básico na Ilha dos Valadares (p. 100)
Apêndice 1	Inscrição Comunidade Educativa: Questões socioambientais da Ilha dos Valadares – Primeiro Produto (p. 104)
Apêndice 2	Carta Convite a Comunidade Educativa – 2º Fase (p. 107)
Apêndice 3	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Criança (p. 108)
Apêndice 4	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais Ou Responsáveis (p. 111)

**1 Introdução**

1.1 Contextualização	<p>Início da carreira, desafios, militância na educação Experiência no CMEI Arcelina Ana de Pina Justificativa pela escolha da pesquisa na comunidade da Ilha dos Valadares</p> <p>Definição do método: materialismo histórico dialético Definição da metodologia: pesquisa participante, de base qualitativa, exploratória e com princípios etnográficos. Técnicas: Observação livre e participante com registros em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas como grupo de discussão.</p> <p>Problema: buscar compreender como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço fosse</p> <p>Objetivo Geral: problematizar com as crianças suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que desejariam como realidade.</p> <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Re-conhecer junto à comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais;</li> <li>b) Descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse;</li> <li>c) Construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos desta pesquisa, propostas alternativa de transformação do ambiente.</li> </ul> <p>- Análise dos Dados pelos artigos</p> <p>*Etnografia</p> <p>*Pesquisa Participante</p>
1.2 Estrutura da Dissertação	Apresentação da composição estrutural da dissertação
1.3 Metodologia	<p>Materialismo Histórico Dialético</p> <p>Papel da filosofia</p> <p>Conhecimento</p> <p>Matéria</p> <p>Crítério da verdade na prática social</p> <p>Processo de conscientização para Freire</p> <p>A transformação social está alicerçada em dois eixos: a dialogicidade e a politicidade.</p> <p>Pesquisa participante</p> <p>Base qualitativa</p> <p>Exploratória</p> <p>Princípios etnográficos</p> <p>Observação livre e participante com registro em diário de bordo</p> <p>Entrevistas semiestruturadas</p>

## 2 A questão socioambiental no diálogo crítico sobre a realidade, educação e a criança

### QUADRO 1: ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

(conclusão)

2.1 Educação ambiental como uma política educacional	Crise ambiental Legislações Brasileiras sobre EA Especificidade na Educação Infantil Pensamento complexo
2.2 Questões ambientais e a educação popular numa relação dialógica	Educação como meio de transformação Pedagogia e princípios Freireano Formação permanente do professor Educação Popular
2.3 A criança, centralidade do processo educativo	Desenvolvimento infantil, baseado em Vigotski: compreensão dialética entre linhas: a biológica e a cultura; Democratização da Educação Infantil Educação Infantil e Ensino Fundamental: direitos legais e o desemparedar Aproximação à criança dos elementos da natureza
<b>3 Análise das Informações</b>	
<b>3.1 Comunidades Educativas e a (re)construção do conhecimento: questões socioambientais da Ilha dos Valadares – Paranaguá/Paraná</b>	
Etnografia  Objetivo: a) Re-conhecer junto à comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais	Ações nas instituições de ensino na Ilha dos Valadares e AMIV, através da formação permanente dos profissionais da educação da Ilha e no diálogo com as crianças. Apresentação do território: Ilha dos Valadares Os dados coletados nos seis primeiros meses de trabalho foram através dos instrumentos: observação livre e participante com registro em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas com uma representação de cada segmento: diretor, professor, docente. Os resultados dos projetos desenvolvidos nas instituições e na Associação de Moradores desencadearam em uma exposição na praça central da Ilha dos Valadares com as temáticas ambientais que cada escola e CMEI estabeleceram.
<b>3.2 A ressignificação da imagem sobre o ambiente: o olhar da criança a respeito da Ilha dos Valadares – Paranaguá – Paraná</b>	
Pesquisa Participante Objetivos: b) Descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse; c) Construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos desta pesquisa, propostas alternativa de transformação do ambiente.	Percepção das crianças, expressadas na elaboração de uma cartografia social da Ilha diante da realidade vivida e na expressão dos desejos e sonhos da realidade que fosse. Políticas urbanas municipais e conceitos ambientais Inserimos no diálogo os familiares das crianças da Escola Municipal “Graciela Elisabeth Almada Diaz”. Surge à carta manifesto realizada pelas crianças junto aos professores, apresentada numa audiência com o gestor municipal e demais representantes do sistema municipal. Técnicas: observação participante com registro diário de bordo e entrevistas semiestruturadas como grupo de discussão embasou a análise dos dados. Pesquisa Interdisciplinar: Paula, Eliz e Micaela
<b>Considerações Finais</b>	

FONTE: O autor (2018).

## 1.3 METODOLOGIA

Os caminhos traçados para a metodologia são pautados na pesquisa participante, de base qualitativa, exploratória e com princípios etnográficos. A



pesquisa escolhida se apresenta como uma alternativa de ação participante ao menos em duas dimensões, como descreve Brandão (2006): a primeira ao se projetar e realizar desdobres através da participação ativa e crescente dos atores. A segunda pela própria investigação social estar relacionada à organização popular, sendo instrumento científico, político e pedagógico de produção partilhada, conhecimento social e ação popular.

Brandão (2017) num momento de reescrita, colagem de situações e escritos próprios, desafia o ir além das variantes/nominações de pesquisa: militante, participante, pesquisa-ação-participante, ao considerar as atividades de criação de conhecimentos através da pesquisa científica. Para o autor, as situações que uma pesquisa propõe, mesmo quando tem a intencionalidade de ajudar, esclarecer, criticar, ou mesmo denunciar em favor de quem é pesquisado, se a interação permanece no que denomina de “eu-outro”, desde a elaboração do projeto ao relatório final. Pois caso contrário, a pesquisa pode assumir um sentido meramente pragmático, efêmero e relativamente descompromissado, onde previsivelmente o pesquisador pergunte sem responder, enquanto pesquisado responda sem perguntar. A pesquisa participante defendida por Brandão e que aqui assumo é aquela em que a alma da pesquisa está na interação, a qual denomina um “entre-nós”.

Ponderando a pesquisa participante como uma via dupla, de um lado a participação popular no processo de investigação, de outro a participação da pesquisadora no decorrer das ações populares, e inserindo na comunidade, resultando de uma imersão ao longo de um ano e de ações nesse espaço.

Pela pesquisa participante, Freire (2006) afirma que fazendo pesquisa, educo e estou me educando com grupos populares, pesquisar e educar se identificam em um permanente e dinâmico movimento. O movimento proposto de discutir com professores e que estes compreendam que suas práticas, se assim pensadas e pautadas em concepções teóricas críticas, pode ser fruto para novas ações-reflexões-ações, bem como de futuras pesquisas, o que é muito significativo.

Destaca-se que a cada objetivo analisado em distintas fases da pesquisa foram definidas metodologias e técnicas, sendo os resultados culminados em artigos científicos. A primeira fase foi caracterizada pela imersão junto às instituições de ensino na Ilha dos Valadares e AMIV, a qual define, metodologicamente, como uma aproximação aos princípios da etnografia.

A posição de pesquisa qualitativa definida nesta pesquisa com enfoque etnográfico baseia-se na concepção dialética, na busca de compreender e analisar a realidade, em que, conforme define Trivínos (1987):

*os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural – a dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade, transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (TRIVÍNOS, 1987, p. 117).*

O pressuposto fundamental da etnografia, segundo Chizzotti (2006), se dá na interação direta com as pessoas no seu cotidiano, por meio do qual, auxilia na compreensão de suas concepções, práticas, motivações, comportamentos e procedimentos, e o significado que atribuem a esta prática. E ainda, caracteriza a etnografia como descrição ou reconstrução de cultura original de pequenos grupos, passa a ser um registro detalhado das especificidades, com o propósito de recriar as crenças, descrever práticas e artefatos, revelar comportamentos, interpretar os significados e as ocorrências nas interações sociais entre os participantes da pesquisa.

A definição de Brandão (2017) para método etnográfico é interativa e pessoalizada na observação participante, superando as situações em que histórica e culturalmente, a distância entre o sujeito-que-pesquisa (“eu”) e os objetos-da-pesquisa (os “outros”, os “negros”, os “selvagens”) era muito grande.

A participação na comunidade diagnosticou as demandas ambientais e expressões culturais. Diagnóstico semelhante foi evidenciado no desenvolvimento do processo de formação permanente com os profissionais da educação da Ilha que atuam nas instituições municipais. No espaço não formal se deu através das oficinas de materiais reciclados com ações com crianças e adolescentes aos finais de semana na AMIV. Decorrente do diálogo com as crianças foi e realizada uma exposição, denominada de Comunidades Educativas: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares. A exposição foi organizada pelos profissionais da educação e Associação de Moradores com apoio das pesquisadoras. O evento ocorreu na praça Cyro Abalém, localizada na região central do bairro, com a apresentação dos projetos desenvolvidos em cada instituição com a participação da comunidade ilhéu.

As informações coletadas nos seis primeiros meses de trabalho foram através dos instrumentos: observação livre, registro em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas com uma representação de cada segmento: diretor, professor,

docente.

A observação livre em Triviños (1987) na pesquisa qualitativa não separa as etapas do processo, pois a coleta de informações mediante as reflexões do observador avança na busca de significados e explicações sobre o fenômeno. A observação participante consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo, o pesquisador se confunde até determinando ponto, como membro do grupo, embora não o seja. Essa técnica encaminha o conhecimento da vida de um grupo a partir de seu interior (GIL, 2008).

O registro das informações para Triviños (1987) representa um processo complexo, além da importância da investigação que o pesquisador assume as dimensões explicativas que os dados exigem. O pesquisador se mantém em um estado permanente de alerta intelectual, ao mesmo tempo em que está profundamente atento o processo de descrever os fenômenos, a sua mente está envolvida no processo como o todo e a cada momento possa surgir uma nova hipótese, ideia ou necessidade de reformular futuras indagações e insistir nas peculiaridades.

Segundo Triviños (1987) a entrevista semiestruturada é a técnica que parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses e na sequência oferece amplo campo de interrogativas. Quando feita numa coletividade por diferentes representações de grupos, apresenta melhores resultados numa pesquisa qualitativa.

Na continuidade do processo, perfazendo aproximadamente mais oito meses, percebeu-se o envolvimento dos profissionais e crianças da Escola Municipal “Graciela Elizabete Almada Diaz” ao intensificar seus projetos na perspectiva socioambiental para além dos muros da escola, na busca de conscientizar a comunidade do entorno da instituição. Para fins desta pesquisa, da instituição acima referida, optei por delimitar como sujeitos: do universo de aproximadamente trezentas crianças que participaram na primeira fase, foi escolhida uma turma com vinte crianças, constituídas pelas matriculadas no 5º ano do Ensino Fundamental e as que permanecem em período integral na Escola Municipal “Graciela Elisabeth Almada Diaz”, seus familiares e duas professoras. Tendo como participantes no grupo de discussão nove representantes da Gestão Municipal: prefeito, secretários das pastas: Educação, Administração da Ilha dos Valadares, Urbanismo, Superintendentes da educação e Meio Ambiente, e dois vereadores,

segundo um deles o presidente da Câmara Municipal de Paranaguá.

Para dar suporte e ser mais uma das referências desses diálogos, apresenta os documentos que versam sobre as políticas públicas urbanas, como possibilidade de conhecer o que já estava previsto em lei e não era cumprido, bem como inspirar propostas de políticas, a partir do não contemplado.

A pesquisa participante com as crianças nesta fase da pesquisa de deu através de ações educativas, iniciando com aula de campo pela extensão territorial da Ilha dos Valadares, incentivando a observação do espaço e apontando problemáticas socioambientais no contexto. Após a observação, às crianças construíram materiais com apoio da pesquisadora e professoras que resultaram em mais produtos desta pesquisa, como a cartografia social da ilha, um projeto de livro/informativo sobre o saneamento básico no bairro e uma carta manifesta a ser apresentada aos gestores do sistema municipal.

Afinal, investigar determinadas temáticas de modo a observar, dialogar e construir coletivamente soluções práticas para o processo de mudança e tomada de decisões na coletividade, é vislumbrar uma transformação no cenário educacional.

Nesta pesquisa, a pretensão de problematizar o reconhecimento da importância e da necessidade que espaços não formais sejam educativos às nossas crianças e à comunidade ilhéu, inserindo os pais no diálogo e na reflexão dos materiais produzidos pelos seus filhos. O desafio em compreender a concepção do ambiente em que vivem às crianças e suas respectivas famílias que transitam nos espaços formais (instituições de educação da rede municipal de Paranaguá) e não formais da Ilha dos Valadares (associação dos moradores), considerando as problemáticas da comunidade, traçadas pela sua história e as relações materiais com as reações de poder envolvidas no contexto.

Chitozzi (2006) destaca que a pesquisa participante tem como pressuposto, implícita a sua história, a democratização da produção de conhecimento e da sociedade e o desenvolvimento de justiça social. Deixa de ser considerado um mero conjunto de métodos, meios e técnicas, mas se fundamenta em uma ética, em uma concepção alternativa de produção popular do conhecimento, onde pessoas comuns são capazes de compreender e transformar a realidade. “Trata-se de um modelo e um meio de mudança efetiva para quais os sujeitos implicados devem elaborar estratégias de mudança social” (CHITTOZZI, 2006, p.90).

A pesquisa define-se como exploratória, buscando intensificar sua

experiência em torno do problema determinado, ao buscar compreender como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço fosse aos limites geográficos determinados pela realidade da Ilha dos Valadares. Revisando na literatura os conceitos clássicos sobre a temática: educação popular, pesquisa participante, a criança e as políticas ambientais em âmbito Federal e municipal de Paranaguá.

A opção epistemológica que orientou o diálogo com os sujeitos da pesquisa baseou-se nos princípios do materialismo histórico dialético. Este método de análise pretendeu colocar os achados empíricos em diálogo estreito com as escolhas epistemológicas, de modo a estender a compreensão da questão socioambiental para além do recorte estanque do fenômeno estudado. Para tal, o caminho avançou na direção dos conhecimentos historicamente produzidos, numa relação profunda, coerente e ética.

A filosofia entendida como uma concepção de mundo que busca explicar cientificamente a natureza e a sociedade, na concepção de Triviños (2006), principia com as afirmações sobre o mundo natural e social, seguido, de forma não linear, mas dialética, do homem e sua vida, alteram-se decorrentes dos avanços do pensamento e ações científicas. Nesse entendimento, os fenômenos e objetos do mundo estão em constante transformação. Segundo o autor, a Filosofia trabalha com as verdades da ciência para explicar o mundo, alimentada de hipóteses e teorias de bases científicas. Por último, a filosofia pretende estabelecer leis do desenvolvimento do mundo, ou seja, o que o humano é capaz de conhecer da realidade natural e social. “Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos” (MARX, 2013, p. 132).

O materialismo dialético é uma concepção científica da realidade enriquecida com a prática social da humanidade. A sua filosofia é um pensar que tem como propósito fundamental o estudo das leis gerais que direciona a natureza, sociedade, pensamento como realidade objetiva, refletindo na consciência. Através do enfoque dialético da realidade, o materialismo demonstra como se transforma a matéria e como se realiza as passagens das formas inferiores para as superiores (TRIVIÑOS, 2006).

Para Marx e Engels (2001), o materialismo histórico dialético, contrariamente da concepção dialética hegeliana, que defendia que as representações, ideias,

conceitos eram produtos da consciência, assume que

as premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois verificáveis por via puramente empírica. [...] A primeira situação a constatar é, portanto, a constituição corporal desses indivíduos e as relações que ele gera entre eles e o restante da natureza (p. 10).

A aproximação da pesquisadora/moradora do local necessita uma profunda reflexão dialética considerando a história, costumes, realidade e sujeitos que nesse espaço convivem. Para análise das informações debruçou-se nas anotações realizadas durante os encontros com os participantes da pesquisa, na análise dos materiais construídos pelas crianças e nas gravações realizadas nos grupos de discussões, dois encontros com os familiares e um encontro com os gestores municipais.

Marx e Engels (2001) concebem o ser humano como um sujeito histórico, parte integrante da sua realidade, consideram que a vida em sociedade e a capacidade de pensar associada e a esta realidade objetiva pela prática cotidiana, aperfeiçoam o ser humano. Para Borges (2013) o conhecimento está alicerçado a um tempo histórico, o critério e o propósito de verdade do conhecimento estão na prática social e as teorias são seus frutos, enquanto a atividade objetiva de produção material é transformadora.

As ideias básicas para compreensão do materialismo dialético estão em reconhecer como a essência do mundo a matéria que se transforma de acordo com as leis do movimento, que a matéria antecede a consciência e a realidade objetiva e suas leis são cognoscíveis. Nessa direção, Marx e Engels (2001, p. 11) afirmam que “a maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com *o que* eles produzem quanto a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”.

Para Triviños (2006) a matéria pode ser entendida como a realidade objetiva refletida pelas sensações, mas que esta existe independentemente das sensações. O materialismo dialético insiste no caráter temporário, relativo, aproximativo dos marcos do conhecimento da natureza pela ciência humana em progresso. A matéria não está isolada no mundo, se apresenta organizada e em sistemas concretos, nem

no campo da subjetividade, mas corresponde a princípios de integração, e unidade. O tempo e o espaço são duas formas de existência da matéria, consideradas pelo materialismo dialético como as formas gerais de existência objetiva, independente da consciência humana.

O conhecimento é relativo ao tempo histórico, sendo o homem capaz de apreender a verdade absoluta como um processo gradual, o pensamento avança no conhecimento do objeto, a busca científica transforma o mundo. O critério da verdade no materialismo dialético, segundo Trivínos (2006), está na prática social, o critério decisivo para reconhecer um conhecimento como verdadeiro, ou não.

Freire (2006) destaca que a realidade concreta se dá numa relação dialética entre objetividade e subjetividade. A pesquisa faz sentido quando a opção política é pela libertação, não reduzindo os grupos populares a meros objetos de pesquisa. “[...] a pesquisa, como um ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objetos a ser desvelado, a realidade concreta” (FREIRE, 2006, p.35). Segundo Brandão:

presenciamos uma abertura em direção à subjetividade, em direção ao valor das pequenas relações interpessoais da vida cotidiana, e em direção ao que as pessoas, ativa e reflexivamente, fazem de suas vidas, ao invés de serem apenas “determinadas” por suas estruturas sociais (BRANDÃO, 2002, p. 5).

Loureiro (2009) diz que a concepção marxiana de natureza se representa como uma unidade complexa e dinâmica, auto organizada em seu próprio movimento contraditório, se distanciando das abordagens que a definem como “substrato”, não separa o humano da natureza e não reduz ao universo biológico, mas considera as especificidades de cada elemento e suas relações constitutivas.

A partir das contribuições de Pernambuco e Silva (2009, p. 208), baseadas na obra de Freire, entendem que “[...] abordar a totalidade dos sujeitos em sua ação transformadora do mundo, refletindo sobre práticas dessa ação, pode contribuir para os que desejam abordar a Educação Ambiental também como uma prática de mudança de mundo”.

O processo de conscientização para Freire é uma conquista da consciência transitivo-crítica, pela superação da consciência ingênua, a esta superação se chega por uma educação dialogal, ativa e libertadora. Pois a interpretação dos



problemas voltada para uma responsabilidade social e política, transita na consciência transitivo-crítica. A libertação não acontece na consciência, mas na práxis do homem dentro da história que produz a consciência crítica na relação com o mundo. Borges (2003) destaca que as implicações pedagógicas para Freire, no processo de conscientização, são marcantes ao fato de não existe humanização na opressão e na dominação e que não há desumanização na autêntica libertação.

A transformação social está alicerçada em dois eixos: a dialogicidade e a politicidade, estas duas dimensões são indispensáveis na pedagogia do oprimido por uma educação concedida como um compromisso social e ato político (BORGES, 2013).

O pensar e o agir estão intrinsicamente ligados, pois é na palavra e na ação que se chega à tomada de consciência. A dialética freiriana para Borges (2003) supera a oposição ou contradição entre teoria e prática, situando na realidade concreta, da atividade humana o poder da transformação da realidade. Uma dialética que conduz a uma ação prática o processo que gera o conhecimento da realidade a ser transformada.

O materialismo histórico dialético estabelece uma dialética ação-reflexão-ação e realiza a denúncia do sistema capitalista dominador, fundado na ética de exploração e lucro. Freire (2002) reconhece que a conscientização não existe sem a práxis, sem o ato ação-reflexão. O ato ação-reflexão é a unidade dialética central que movimenta o processo de conscientização, baseando-se na concepção dialética que Paulo Freire apresenta da consciência humana, pois ao discutir teoria e prática não se distingue uma a outra, elas ocorrem simultaneamente.

Segundo Borges (2003) os fenômenos históricos, sociais no contexto latino americano são percebidos por Freire na contradição opressor-oprimido, a partir de uma visão de ser humano contextualizado em seu meio social, lugar de excelência da práxis. Nesse sentido, faz-se entender que os pressupostos do materialismo dialético de Marx e Engels suleiam a prática pedagógica libertadora.

## **2 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO DIÁLOGO CRÍTICO SOBRE A REALIDADE, EDUCAÇÃO E A CRIANÇA**

O capítulo dos fundamentos teóricos é resultante das leituras que delimitaram esta pesquisa e está dividido em três subtópicos. Inicia com as legislações que respaldam a educação ambiental como uma política educacional, em seguida, aprofunda as questões ambientais numa relação dialógica com a educação popular. Finaliza contextualizando os conceitos de desenvolvimento da criança, os sujeitos centrais neste estudo, destacando a necessidade destes estarem em contato com os elementos da natureza.

### **2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA POLÍTICA EDUCACIONAL**

Os registros que indicam a existência dos primeiros órgãos de controle ambiental no Brasil datam o início dos anos 70, no entanto são recentes e escassas as experiências com equipes multidisciplinares de ensino e de pesquisa nesse campo.

Para Leff (2000) a questão ambiental, com a sua complexidade e a interdisciplinaridade emergem nos finais dos anos 60 e começo da década de 70 como problemáticas contemporâneas, compartilhando o sintoma de uma crise de civilização manifestada pelo desmembramento do conhecimento e pela degradação do ambiente, marcados pelo logocentrismo da ciência moderna e pela expansão da economização do mundo guiado pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado.

Philippi Jr. Et al. (2000) considera que a natureza está profundamente marcada por ações humanas, muitas delas de caráter predatório, sendo premente encontrar meios de diminuir ou minimizar os impactos negativos interferindo especialmente em muitos processos industriais que ainda desconsideram as consequências perigosas de suas linhas de produção para o ambiente.

A globalização neoliberal é uma resposta de superação capitalista, que ao seu modo apropria-se de reivindicações como o direito a diferença para justificar a desigualdade e assimilar à lógica do mercado a questão ambiental. Gonçalves (2012) destaca que o período histórico de globalização neoliberal que legitimou a questão ambiental é contraditório, afinal levou mais profunda à destruição da natureza.

No Brasil a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente estabelecendo os objetivos, instrumentos e diretrizes da política e ainda criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) bem como sua estrutura básica e também o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Objetivando a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento sócio econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Para Leff (2000) o ambiente é o campo de revelação das ciências, o delinear frente à cientificidade própria que instaura a modernidade, o logocentrismo que fundamenta as ciências em torno de núcleos conceituais, as expressões e as negações que condiciona os processos dos quais deve dar conta uma ciência. Passa a ser o afastamento do pensamento único e disciplinar que se abre para o saber da complexidade ambiental.

Os valores ambientais incluem os princípios ecológicos gerais, que para Leff (2001) determina os comportamentos em harmonia com a natureza, uma nova ética política, os novos direitos coletivos e os interesses sociais associados à reapropriação da natureza e à redefinição de novos etilos de vida. Baseada na pedagogia do oprimido de Paulo Freire surge à educação ecológica popular de caráter libertador e emancipado da educação, a qual os valores ambientais expressam uma nova cultura política, pertencentes ao sistema formal ao incorporar aos conteúdos curriculares. No entanto, a politização dos valores ambientais se expressa, sobretudo nos projetos de educação não formal, realizados por grupos ecológicos com as comunidades (LEFF, 2001).

Moran (2000) determina que o conhecimento deva enfrentar a complexidade, elaborado por elementos diferentes e inseparáveis constitutivos do todo (econômico, político, sociológico, psicológico, afetivo, mitológico). Existindo um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. “Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Em consequência, a educação deve promover a “inteligência geral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global” (MORAN, 2001, p. 38-39).

O pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador,

mas integra a este, (Moran, 2001, p. 18) destaca que “trata-se de repor as partes na totalidade, de articular os princípios de ordem e de desordem, de separação e de união, de autonomia e de dependência, em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicos) no universo”.

A produção teórica, orientada para os propósitos de alcançar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento através das práticas sociais de produção e transformação da natureza, transcende os alcances de um princípio metodológico para a reintegração dos conhecimentos existentes. Leff (2000) estabelece duas lutas: a social pela reapropriação da natureza e do conhecimento que incide na produção teórica, assim como na inovação tecnológica com suas aplicações sociais e produtivas para a exploração e o aproveitamento sustentável da natureza. A luta política pelo conhecimento é um debate e desafio para dissolver a representação imaginária da ciência como um processo neutro, no qual o conhecimento se desenvolve como resultado de uma lógica interna conduzida pela ação metodológica de sujeitos autoconscientes frente a uma realidade objetiva.

A crise ambiental é reflexo na história contemporânea marcando os limites da racionalidade econômica emergindo o pensamento da complexidade com resposta ao projeto epistemológico positivista unificador do conhecimento e homogeneizador do mundo (LEFF, 2001). A necessidade de construir uma nova racionalidade social orientada por novos valores e saberes, por modos de produção sustentados em bases ecológicas e significações culturais a educação apresenta-se como um processo estratégico para orientar a transição para a sustentabilidade.

A importância da EA para o debate educacional segundo Loureiro (2006) é marcado pela obrigatoriedade constitucional com a inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – e na Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999 ao institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entendendo-a por processos em que o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Nos artigos 9 e 10 dos PCN exemplificam que a EA será desenvolvida no âmbito dos currículos escolares nas instituições públicas e privadas e nas séries que são pertinentes à educação básica, superior, especial, profissional, e de jovens e adultos. Vetando-se a sua implantação como disciplina específica, mas direcionada para uma prática contínua e permanente em todos os níveis da educação formal.

Tais instrumentos legais e documentos governamentais que asseguram a EA de caráter transversal, indispensável e indissociável da política educacional brasileira, mesmo considerando que a EA não estivesse consolidada como política pública, segundo Loureiro (2004).

Especificamente na Educação Infantil, Tiriba (2017) faz um regaste cronológico dos documentos que embasam a etapa em relação aos aspectos ambientais. Em 1995, a Coordenação de Educação Infantil do MEC, publica o documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças”, o marco no que diz respeito à relação com a natureza, “pois, ao contrário de alguns dos que se seguem, não subentende a natureza como elemento da diversidade cultural, não evidencia uma visão antropocêntrica, em que o mundo natural é atrelado ao humano” (TIRIBA, 2017, p. 7).

Os demais documentos que a autora se refere são:

- Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil com dois volumes, de 1998; a visão invasiva e utilitarista é evidenciada em algumas passagens do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998;
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 1999, a natureza está contemplada somente no item que aborda o Respeito ao Bem Comum;
- Política Nacional de Educação Infantil, em 2005 o MEC lança o documento que não dá atenção aos problemas ambientais;
- Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) o tema das relações com a natureza aparece timidamente, apenas em alguns textos em 2005;
- Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, em 2006, destaca-se pela aproximação de uma visão de natureza não apenas como componente do ambiente social, nem cenário onde humanos mentais atuam;
- Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil de 2006, produzido entre educadores, arquitetos e engenheiros envolvidos com o planejamento, a construção e a reforma de prédios. As relações existentes entre a criança e o espaço externo estão no foco da proposta, mas não há referências às

crianças como seres que são parte deste ambiente, que necessitam dele para o seu processo de autoconstituição;

- DCNEI em 2009 um novo paradigma ao afirmar o respeito às vontades do corpo como condição para que se mantenha viva a potência infantil, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza, considerando que as crianças vão construindo sentidos sobre a sociedade e sobre a natureza;
- Em 2014 com um estudo propositivo sobre a organização dos espaços externos das unidades do Proinfância em conformidade com as DCNEI que já iniciavam a valorização dos elementos da natureza da interação criança/ambiente nos espaços urbanos, na contramão de uma pedagogia tradicional.

Segundo Tiriba (2017) os documentos legais que respalda o atendimento na Educação Infantil, a conexão com a natureza é processual o entendimento como um direito humano. As dicotomias que selam a construção paradigmática moderna (natureza/cultura; corpo/mente; razão/emoção; ser humano/natureza; conhecimento/vida; cuidar/educar) ainda se sustentam, tanto no cenário brasileiro e internacional.

A recente legislação brasileira aprovada no ano de 2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC- ainda não fará avançar os princípios orientadores às práticas efetivas em sala de aula e para além desse espaço, a exploração do externo para às áreas verdes. O respeito ao desafio de aprender a delicadeza necessária às interações humanas e a leveza necessária ao brincar (TIRIBA, 2018).

## 2.2 QUESTÕES AMBIENTAIS E A EDUCAÇÃO POPULAR NUMA RELAÇÃO DIALÓGICA

A educação quando entendida como um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade que seus sujeitos vivem, passa assim a ter veracidade (BRANDÃO, 2006). Ao considerar a educação como um meio para superação das desigualdades, apoiar-se na concepção freireana é relevante para Pernambuco e Silva (2009), pois tem como base a reflexão sobre a ação educativa transformadora dos homens e mulheres no mundo, contra a opressão e a injustiça social, tendo como horizonte

a construção de uma nova sociedade.

Paulo Freire defende uma pedagogia social e comprometida com a superação da situação de miséria, realidade da maioria dos brasileiros. Pernambuco e Silva (2009) destacam a necessária educação pela ética, com práticas de convivência social em que as relações socioculturais econômicas não se dão mais de forma hierarquizada. Possibilitando novas articulações entre sujeitos históricos contextualizados, na construção de projetos coletivos de reação à desigualdade e exclusão social. Fato que desencadeia a construção de novos conhecimentos e formas críticas de intervenção da realidade.

Ao propor a ser uma educação interdisciplinar, transversal, de saberes, atitudes, sensibilidades, dialogando com novos problemas e produzindo reflexões, concepções, métodos e experiências, construídos novas bases para conhecimentos e valores, portadora de uma sensibilidade e uma postura ética, comprometida com um projeto de cidadania. (PERNAMBUCO e SILVA, 2009, p. 208).

A pedagogia defendida por Freire apoia-se em duas categorias: o diálogo e a consciência, ambos permitem que a relação entre heterogeneidade cultural e educação crítica seja pensada como o resultado de um processo de interação dialógico, marcado pela construção coletiva, que traz novos significados e formas de atuarem na busca da igualdade social. Já diziam Pernambuco e Silva (2009), as categorias: diálogo e consciência se dão como instrumento de análise, permitindo trabalhar inseparáveis a ação e reflexão.

Afirma Freire, (1997, p. 109): “o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”. O encontro em que se cooperam o repetir e o agir dos sujeitos num mundo a ser transformado e humanizado. O desafio para Freire é a superação da consciência ingênua, determinada pelas condições de exclusão e opressão, não possibilitando a expressão plena de humanidade, que dar-se-á a partir da conquista da consciência crítica.

Numa perspectiva pedagógica com o ponto inicial a realidade do educando, implica uma ação em conjunto de pesquisa e discussão, entre educador e educando mediatizados pelo mundo, sempre pela realidade a ser conhecida e transformada. Freire afirma que a educação ao ser assumida como possibilidade de emancipação humana, o espaço da instituição torna, não só um espaço formal de escolaridade, mas sim como um espaço “re-descoberto como sendo lugar de opções, é então um



espaço preenchido por opções políticas” (FREIRE, 1993, p. 49).

Segundo Pernambuco e Silva (2009) partir das experiências concretas, se adquire fundamento para construção de um pensamento. A união da ação à reflexão, como exigência de uma ação transformadora e as trocas efetivas, se recriam os conhecimentos e saberes.

Brandão destaca que a expressão “educação libertadora” permanecerá como a assinatura de Paulo Freire, associada à sua “pedagogia do oprimido” e às outras que a sucederão. No entanto lembra: “o horizonte é a educação libertadora, o caminho é a educação popular e os passos que damos são com a pedagogia do oprimido” (BRANDÃO, 2015, p.21).

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 2002, p.41).

Nessa direção em relação ao educador, Freire destaca que “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (1996, p. 43- 44). Freire defendia que “formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas” (1996, p. 15). É ainda necessário que a prática seja de respeito à autonomia do educando.

O autor reafirma que a prática contempla a afetividade, a alegria, a capacidade científica e o domínio técnico à mudança. A atividade docente não sobrepõe à discente, muito menos permitir se perder o gosto pelo querer bem e a alegria, caso isso ocorra, a prática educativa perde o sentido. “A alegria não chega apenas do encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria (FREIRE, 1996. P. 53).

Uma educação problematizadora e dialógica, segundo Torres; Ferrari; Maestrelli (2014) entende o educando como sujeito da ação educativa, com participação no processo em todos os níveis, inclusive na definição do conteúdo programático.

Pernambuco e Silva (2009) defendem a construção de propostas pedagógicas para EA destacando o sociocultural de uma educação democrática e

crítica, na promoção de práticas comprometidas com a qualidade social da educação do cidadão. Para as autoras, as práticas baseadas na pedagogia freireana relacionam o ensino e pesquisa para unificar e promover avanços teóricos e práticos em suas proposições e diretrizes pedagógicas. A abordagem de temáticas ambientais de forma crítica, contextualizada e interdisciplinar no âmbito escolar como na educação que se dá nas práticas de vários movimentos sociais (PERNAMBUCO; SILVA, 2009).

As autoras defendem que para a construção de propostas curriculares efetivas e emancipatórias, comprometidas eticamente com a humanização, devem estar pautadas:

numa pedagogia que supere pela práxis ético-política, a dicotomização entre a ética individualista universal e a dimensão política da vida social que desloque o disputado campo teórico das intenções para a esfera concreta e prática da vida pública comunitária (PERNAMBUCO e SILVA, 2014, p. 127).

O campo da EA preocupa-se com o ambiente e o reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação com o meio. Uma das estratégias de apreensão das diversas possibilidades teóricas e práticas na EA consistem em elaborar um mapa deste “território” pedagógico, segundo Sauvé (2008).

A postura crítica, segundo a autora, entendida como um componente político, aponta para a transformação de realidades, é fundante de uma pesquisa sob perspectiva de emancipação, de libertação das alienações. Trata-se de uma postura corajosa, confrontar a si mesma e questionar os lugares-comuns e as correntes dominantes. A teoria e ação estão estreitamente ligadas numa perspectiva crítica.

Maturuna (2002) salienta que na cultura ocidental a ideia de domínio sobre a natureza está associada ao conhecimento que o homem det  m, erroneamente, pois se realmente obteve o conhecimento seria para o entendimento,    compreensão, gerando uma a  o harm  nica e ajustada com os outros e o meio. A defesa do autor por uma educa  o que leve a atuar na conserva  o da natureza, compreende-la para viver com ela e nela sem pretender domin  -la, seria criar meios que permita viver na responsabilidade individual e social, que afaste o abuso e traga consigo a colabora  o na cria  o de um projeto nacional, em que o abuso e a pobreza sejam erros que se possam e se queiram corrigir.

Para Kleim; Santos (2012)    preciso coragem para rupturas na educa  o

como processo de mudança e a superação das posições pertencentes aos pensamentos e as ações das pessoas. Baseada nos princípios da pedagogia do oprimido é um processo de superação da alienação pela conscientização, com o intuito de superar o individualismo, a fim de inteirar uma visão e uma postura coletiva e socializada para então vencer a cômoda aceitação passiva das misérias e marginalizações.

A superação da proposta curricular e do entendimento de educação como preparadora de recursos humanos para a manutenção do capitalismo, passa pela educação como meio do exercício e da reflexão sobre a vida, como grande fonte do currículo, na construção da consciência, como instrumento de profundas transformações e possibilidade de emancipação da sociedade brasileira. Brandão; Fagundes (2016) destacam que as discussões estabelecidas pelos países socialistas e o início de um projeto político educacional que, por meio da conscientização e da politização das classes populares, passam a vislumbrar uma via para o rompimento do predomínio elitista da cultura. As expressões: cultura popular, educação popular e educação de base passaram a ser colocadas como bem cultural de acesso a todo povo e, no contexto brasileiro, necessitava o reconhecimento de suas positivities.

## 2.3 A CRIANÇA, CENTRALIDADE NO PROCESSO EDUCATIVO

A compreensão do desenvolvimento infantil, baseado em Vigotski (2008) parte da compreensão dialética das duas linhas principais e distintas: a biológica e a cultural. Para estudar adequadamente este processo, o investigador deve estudar ambos os componentes e as leis que governam seu entrelaçamento em cada estágio do desenvolvimento da criança.

Vigotski (2008) demonstrou que um aspecto decisivo da condição humana começa na infância com a criação e o uso de estímulos auxiliares ou “artificiais”, como um mecanismo de movimento de adaptação. Ele explica que estes estímulos auxiliares incluem os instrumentos da cultura em que a criança nasce, sendo à linguagem das pessoas que se relacionam com a criança, os instrumentos produzidos pela própria criança e incluindo o uso do próprio corpo. Um aspecto crítico a ser considerado numa teoria de desenvolvimento é a compreensão da interação entre as bases biológicas do comportamento e as condições sociais

humanas no processo. Nesse aspecto, Vigotski (2008) reconhece que sistemas funcionais estão enraizados nas respostas adaptativas mais básicas do organismo, entre os quais estão os reflexos condicionados e os incondicionados.

A contribuição da teoria de Vigotski (2008) baseia-se na descrição da relação entre esses processos, o todo e suas partes desenvolvem-se paralelamente e juntamente. As primeiras estruturas são elementares se constituem todos os psicológicos, condicionados principalmente por determinantes biológicos e as estruturas seguintes que emergem no processo de desenvolvimento cultural são chamadas estruturas superiores. Ou seja, o estágio inicial é seguido pela reconstrução e transição da primeira estrutura para estruturas do tipo superior, distintas dos processos reativos, diretos dessas estruturas são construídas na base do uso de signos e instrumentos. Essas novas funções unificam os meios diretos e indiretos de adaptação. Certamente Vigotski, que tende a ligar os substratos biológicos do desenvolvimento ao estudo das funções superiores, adquiridos culturalmente e historicamente, tal qual, um sistema funcional do aprendizado de uma criança, não pode ser idêntico ao de outra, embora possa haver semelhanças em certos estágios do desenvolvimento.

Para Vieira (2009) a concepção vigotskiana tem o enfoque cultural do desenvolvimento como questão central para aquisição de conhecimentos e de qualidades humanas pela interação ativa do sujeito com o meio, o sujeito é interativo e se apropria das qualidades humanas que lhe são externas a partir de relações inter e intrapessoais e de troca com o meio. Para tanto o ambiente para educação de crianças pequenas é fundamental a interação entre elas em múltiplas experiências, considerando a história e a cultura acumulada pela humanidade para o desenvolvimento psíquico da criança. Na interação com objetos e situações que favoreça a comunicação entre os sujeitos com o uso de diferentes linguagens irá desenvolver as Funções Psíquicas Superiores, garantindo na estimulação à investigação, a curiosidade, a autonomia, o fazer livre e coletivo, com trocas de experiências entre os parceiros, e principalmente o acesso à cultura.

Os caminhos para a democratização de uma educação da infância tem exigido mobilização social e luta política a luz de garantir o acesso aos serviços educativos para a criança pequena, paralelamente, a definição de uma ação pedagógica condizente. Rocha (2007) destaca que em tempos neoliberais, os projetos educativos estão seduzidos pelos apelos do mercado, pela ilusão de

equiparar conhecimento pela transmissão de conteúdos e igualdade de oportunidades, considerando a criança como um sujeito isolado do contexto histórico.

A concepção de criança, como um sujeito social e histórico, pessoa que produz cultura e é nela produzida, segundo Kramer et al. (2016) é reafirmado pelas legislações brasileiras que garantem o direito a criança à educação. A política nacional assegura a Educação Infantil como direito básico na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 9394/96. Recentemente, a Lei 12.796 de 2013 altera a LDB, afirmando a obrigatoriedade escolar para as crianças no ingresso em ambientes escolares aos quatro anos de idade torna a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica.

O Ensino Fundamental universalizou nos últimos vinte anos no Brasil, as políticas públicas e têm enfrentado uma defasagem histórica de idade/série e as dificuldades relativas à alfabetização, leitura e escrita. Para as autoras, o Ensino Fundamental ainda se depara com o desafio da qualidade das práticas e das interações nas instituições educacionais.

O desafio da Pedagogia da Infância está em definir criticamente bases curriculares para uma educação infantil na perspectiva sócio-histórica e cultural a constituição da criança, infância e conhecimento. Para Rocha (2007) os processos que geram o conhecimento parte da criança, seres humanos concretos e reais, pertencentes a diferentes contextos sociais e culturais e a definição de um projeto educacional pedagógico para o cumprimento de sua função educativa, ampliação e diversificação dos conhecimentos e experiências infantis.

Os núcleos da ação pedagógica para a autora abrangem a sua completude (linguagem gestual, corporal, oral, pictórica, plástica e escrita; relações sociais, culturas e com a natureza) e a compreensão de suas bases culturais que as constituem através de se complexo acervo de patrimônio linguístico, intelectual, expressivo e emocional. Ou seja, um projeto de educação para a infância que terá como eixo de sua organização as próprias crianças. Para tanto é necessário à aproximação das crianças e da infância num encontro entre o adulto e a alteridade da infância, permitindo que o adulto eduque os seu olhar a fim de romper com a relação verticalizada.

Maturana (2002) nos diz que na infância, a criança vive o mundo em que se assenta a possibilidade de constituir num ser capaz de aceitar e respeitar o outro a

partir da aceitação e do respeito de si mesma. O educar passa a ser um processo em que a criança e o adulto convivem mutuamente, transformando-se espontaneamente, ao ponto que do modo de convivência de ambos se faça progressivamente equivalente entre si, onde a criança aprenda a aceitar-se e a respeitar-se.

A premissa fundamental da sociedade ocidental é a superioridade dos seres humanos em relação à natureza. Segundo Tiriba (2017) distanciar as crianças no meio natural, ou seja, separar a cultura e natureza, na base de sustentação do paradigma moderno é o distanciamento do sujeito/objeto, sendo um componente para a produção de uma ciência que possibilita o domínio e controle da natureza. A autora afirma que na perspectiva em que a razão contrapõe os processos de compreensão da realidade, a estratégia de emparedar é condição à produção de corpos dóceis de que o modelo capitalista necessita.

Na visão macro política este distanciamento entre cultura e natureza tem provocado à degradação das condições de vida no planeta. No campo micro político obriga uma submissão de infantes humanos a rotinas escolares que os despotencializam, tirando-lhes o direito ao fundamental: a relação com o meio natural, brincadeiras espontâneas ao ar livre, o faz de conta, narrativas, interações entre grupos etários diferenciados ao exercício pleno da democracia (TIRIBA, 2007).

Profice (2010) traz o conceito de biofilia como uma tendência à união de um senso de pertencimento com o mundo natural e os seres, sendo estes seres biofílicos que se identificam e tendem a filiar-se a tudo que é vivo. “Como uma tendência inata em se filiar às coisas naturais, a biofilia se refere às emoções diante das coisas vivas, da atração ou aversão, da reverência ou indiferença, tranquilidade ou ansiedade” (PROFICE, 2010, p. 38).

Para a autora, às crianças apresentam uma tendência à aproximação e familiaridade com os elementos, uma afeição pelas coisas vivas, à medida que são afastadas dos ambientes naturais, essa afeição pode ou não se desenvolver, podendo gerar o sentimento contrário, a aversão ou indiferença em relação ao mundo natural.

Retomando essa perspectiva ao ambiente educativo, a educação da criança não é assumida como princípio do trabalho, não a relaciona a um objetivo pedagógico que diga respeito a realidade concreta dessa criança, pois está à mercê da boa vontade do adulto, das condições temporais, do entendimento e permissão

das famílias, dos temores dos gestores. Como diz Tiriba (2007) é um conjunto de fatores que isolados configuram os ambientes educativos a uma rotina de confinamento.

A educação é um processo de corpo inteiro porque o conhecimento é fruto da ação do sujeito no mundo, impulsionada pelo desejo, expressa pelo corpo e guiada pelos processos sensoriais. Segundo Tiriba (2010) é imprescindível investir na ação de desemparedar e conquistar novos espaços que estão para além dos muros escolares, pois não apenas as salas de aula, mas todos os lugares são propícios para novas aprendizagens.

### 3 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Os resultados desta pesquisa serão apresentados neste capítulo por meio de uma estruturação composta por dois artigos científicos, ambos tendem a ser submetidos a revistas científicas após a defesa da dissertação, visando considerar os apontamentos sugeridos pela banca.

O primeiro artigo apresenta o início da pesquisa e do envolvimento na comunidade da Ilha dos Valadares, contendo a abordagem metodológica a partir da etnografia, em atividades com as crianças inseridas no espaço formal e não formal. O processo resultou no primeiro produto desta pesquisa, a formação permanente dos profissionais da educação da ilha, seguida com a inserção dos agentes de saúde.

O segundo artigo descreve a abordagem metodológica a partir da pesquisa participante, apresentando os resultados decorrentes da construção da cartografia social da Ilha dos Valadares, segundo produto, realizada pelas crianças e inserção dos familiares na discussão. Resultando na carta manifesta, terceiro produto desta pesquisa, construída pelas próprias crianças (ANEXO 1) apresentada aos gestores municipais numa audiência na própria instituição e o livro/informativo relatando o histórico do saneamento básico no local, sendo o quarto produto e compõe o (ANEXO 3).

Considera-se importante trazer alguns pontos positivos e outros não positivos em relação ao processo vivenciado, referente aos instrumentos de coleta de dados adotados. Os apontamentos apresentados foram direcionados às conquistas e desafios encontrados ao longo do percurso metodológico.

O envolvimento na comunidade e o acesso que os sujeitos permitiram as mestrandas ao participar das ações, conhecer e propor novas ações/reflexões foram fundamentais para que a pesquisa fosse possível. As ações, que por vezes se apresentavam de maneira espontânea, após uma análise profunda, tornavam-se compreensíveis por meio de uma análise dialética, evidenciando as relações que as constituíam naqueles momentos.

Principiamos pela dificuldade em definir o projeto, sujeitos e instrumentos, partindo da intencionalidade de desenvolver três dissertações de mestrandas diferentes, a partir de suas formações iniciais numa perspectiva interdisciplinar. Eis o desafio, até que ponto uma pesquisa não iria invadir o espaço da outra, já que todas



as ações eram coletivas. Poderia ser este o ponto de ousadia, a superação da fragmentação e delineamento tradicional que historicamente estamos submetidos ao construir o conhecimento.

Por fim, destaco a beleza, espontaneidade e riqueza que as observações vinda das crianças possibilitaram repensar os objetivos e análises durante uma pesquisa. Trazer suas observações para as propostas construídas por adultos é integrar o todo na ação na comunidade. É o início que se constitui com o processual, é o refazer e repensar, acreditando que estará garantindo a estes iniciantes uma visão libertadora de se estar em sociedade.

## COMUNIDADES EDUCATIVAS E A (RE)CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES – PARANAGUÁ/PARANÁ

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo reconhecer junto à comunidade da Ilha dos Valadares, no município de Paranaguá, a cultura local e suas demandas ambientais através de uma pesquisa participante. O estudo foi desenvolvido sob a perspectiva interdisciplinar, ao desafiar três alunas do Programa de Pós Graduação em Mestrado Profissional em Rede para o Ensino das Ciências Ambientais – UFPR a pesquisar sobre o mesmo local com enfoques diferentes. O primeiro contato na comunidade ocorreu com a Comunidade Educativa de Aprendizagem: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares a união de profissionais que atuam nas instituições municipais, o espaço formal. No espaço não formal o contato se deu através das oficinas com materiais recicláveis aos finais de semana, seguida de demais ações com crianças e adolescentes. A pesquisa participante que deu corpo a este trabalho foi desenvolvida no decorrer de quatorze meses, porém, neste artigo apresentaremos os dados coletados até os seis primeiros meses de trabalho através dos instrumentos metodológicos: observação livre, registro em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas com uma representação de cada segmento: diretor, professor, docente. Os encontros de formação permanente ocorreram na Secretaria Municipal de Educação, totalizando 10 horas de estudo, constituindo-se como o primeiro produto desta pesquisa. Os resultados dos projetos desenvolvidos nas instituições e na Associação de Moradores desencadearam em uma exposição com várias atividades na praça central da ilha com as temáticas ambientais que cada escola e CMEI estabeleceram. Enfim, o primeiro contato com a comunidade desta pesquisa se deu a partir de uma construção coletiva em que a cooperação entre os participantes marcou o início de uma reflexão sobre as ações necessárias para a transformação deste local.

**Palavras-chaves:** Comunidades Educativas de Aprendizagem. Questões

Socioambientais. Pesquisa Participante.

## 1 INTRODUÇÃO

As comunidades educativas de aprendizagem constituem um projeto que se revelou como proposta de investigação e ação de um Grupo de Pesquisa da Universidade Federal do Paraná – UFPR – Setor Litoral, denominado de Universidade Escola, formado por profissionais da rede municipal, estadual e federal. Os participantes desse grupo de pesquisa são profissionais da rede municipal de educação de Paranaguá e mestrandas do Programa de Pós Graduação em Mestrado Profissional para o Ensino das Ciências Ambientais – UFPR, decorrente da realidade e interesse comum de pesquisa organizam-se grupos de encontros para formação permanente com a finalidade de re-pensar e re-inventar os movimentos de pensar-fazer-pensar da ação profissional docente.

A intencionalidade inicial para aproximação dos profissionais seria através da implantação da comunidade de investigação e ação de práticas na formação em serviço. Este processo, denominado de Comunidade Educativa: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares, desenvolveu um processo de formação, reunindo um grupo de profissionais responsáveis que atuam nas instituições municipais com o objetivo de re-conhecer junto com a comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais.

Considerando a perspectiva de realizar uma pesquisa interdisciplinar, na qual três mestrandas no programa de pós-graduação, acima referenciado, optaram em desenvolver seus projetos no mesmo espaço e com ações coletivas, porém cada pesquisa buscou caminhos metodológicos e sujeitos diferenciados, mas que na gestão da educação e saúde se integram.

Especificamente neste projeto, as crianças são os participantes centrais. No transcorrer da pesquisa buscaremos apresentar possibilidades em que as suas impressões sobre o ambiente de Ilha dos Valadares. Freire, Guimarães (2001) são convencidos nas suas trajetórias que a espontaneidade, imaginação livre, a expressividade de si e do mundo da criança, a inventividade, a capacidade de recriar o que já está determinado, na perspectiva de manter a cega disciplina intelectual, na manutenção de práticas tradicionais, há pouco espaço para o novo. Somente a

escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as circunstâncias, integrada com os problemas locais, “a da intimidade com eles, a da pesquisa, em vez da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida” (FREIRE; GUIMARÃES, 2001, p. 55-56), levará os estudantes a uma nova postura diante dos problemas de sua realidade.

Os participantes desta pesquisa foram às crianças que frequentam duas Escolas Municipais e três Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) localizados na Ilha dos Valadares. No que se refere ao espaço não formal, a aproximação se deu na participação das oficinas desenvolvidas aos finais de semana na Associação dos Moradores da Ilha dos Valadares (AMIV), tendo como temática a reciclagem, nos passeios ciclísticos com as crianças pela ilha, observando e refletindo sobre os elementos socioambientais e em atividades esportivas e lúdicas.

Ponderando por se tratar de uma pesquisa participante de caráter etnográfico, a inserção na comunidade, cronologicamente estabeleceu ações que transcorreu quatorze meses. Neste artigo abordaremos os seis primeiros meses, que compreenderam entre o mês de julho a dezembro do ano de dois mil e dezessete.

Inicialmente aproximamos dos profissionais da educação com o objetivo de convidá-los a participar, também na condição de sujeitos deste processo de investigação e ação, que metodologicamente definimos, conforme Brandão (1981), de pesquisa participante. O passo seguinte foi explicitar a intencionalidade desta proposta, que seria na participação da comunidade educativa de aprendizagem, como condição para realizar a reflexão dos aspectos ambientais desse território tão peculiar, que se trata da Ilha dos Valadares, até que conseguíssemos o contato com as crianças e realizar o mesmo processo de aproximação e explicitação do objeto deste estudo. No espaço não formal o contato se estabeleceu com a presidente da AMIV e a participação direta nas oficinas com as crianças.

O critério de escolha dos professores e professoras se estabeleceu pelo interesse e a disponibilidade desses em participar da proposta. Iniciamos com o grupo de quinze profissionais entre escolas e CMEIs, no entanto durante os encontros o número de comparecimento oscilava entre doze a quatorze integrantes.

Quanto aos estudantes, o critério de escolha foi estabelecido pela

participação nos projetos desenvolvidos nas instituições integrantes da comunidade educativa, um quantitativo de aproximadamente trezentas crianças, entre um ano de idade a nove anos de idade, alunos dos professores que integravam a comunidade de aprendizagem. No espaço não formal o critério adotado para escolha das crianças, foi a de sua regularidade na participação nos finais de semana da AMIV. Aproximadamente, dez crianças com variação de idade entre oito anos a dezesseis anos de idade, se enquadraram nesse critério.

Os encontros ocorreram uma vez por semana, num primeiro momento com a apresentação da proposta de discutir com as crianças as questões que elas entendiam como problemáticas da Ilha dos Valadares. Sendo que, cada instituição definiu uma temática ambiental e os trabalhos realizados com os pequenos e os familiares resultaram numa exposição na praça central da Ilha dos Valadares. Durante este período foram realizadas as observações e participação de grupos de discussão com as crianças.

## **1 CONHECENDO O TERRITÓRIO DA ILHA DOS VALADARES**

A cidade de Paranaguá é considerada o berço do estado do Paraná, segundo Freitas (1999) o povoamento do litoral do paranaense iniciou por volta de 1550 na Ilha da Cotinga, servindo para ponto de referência no processo de investigação e buscas auríferas. Duas décadas seguinte o paulista Domingos Peneda passa a ser considerado o fundador do povoado, conquistando à margem esquerda do rio Taguaré (Itiberê) habitado pelo indígena Carijó.

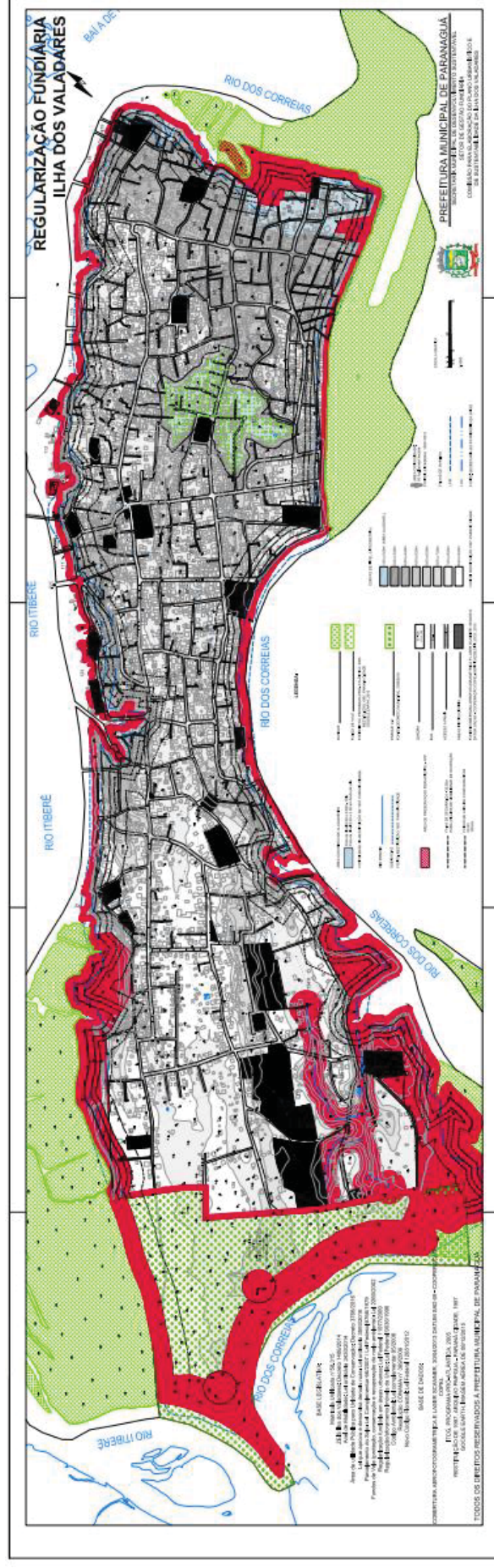
O historiador define o território de Paranaguá por uma área situada no litoral norte do Paraná, constituído por uma área de 665km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte: Guaraqueçaba, sul: Matinhos, oeste: Morretes e Antonina e a leste: Oceano Atlântico. Cerca de trinta ilhas pontilham a grande Baía de Paranaguá, dentre elas Ilha dos Valadares.

Segundo Felisbino e Abrahão (2016) Valadares está localizada a 290m do continente, apresenta forma alongada e relevo irregular e possui 4,2km de extensão. As autoras afirmam que a população teve um crescimento significativo dos anos 80 aos dias atuais. As autoras destacam que dados do município para o ano de 2010 consideravam uma população aproximada de 22mil habitantes e a regularização fundiária tem seus processos gradativos, a partir do ano de 2012, quando a União



repassou ao município a concessão de quatro áreas para aforamento. A figura 1 a seguir apresenta o mapa da Ilha dos Valadares, considerando o estudo que a Prefeitura de Paranaguá está realizando para a Regularização Fundiária do local:

FIGURA 1: ILHA DOS VALADARES



FONTE: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 2018.

A Ilha tem influência do rio Itiberê que margeia o seu lado direito e o rio dos Correias à margem esquerda. Na face norte está a Ilha da Cotinga e no extremo Sul, o canal do Sidrão. Para (Felisbino e Abrahão, 2016, p. 74) “a profundidade desses rios varia entre 1 à 5 metros e está sob constante influência da maré, o que significa que as áreas mais baixas são permanentemente suscetíveis a inundação”.

A respeito da totalidade do espaço, Santos traz a reflexão:

[...] a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tampouco facilita o contato humanos não-funcionais. [...] O espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa (SANTOS, 2009, p. 33).

Historicamente, Felisbino e Abrahão (2016) detalham que originariamente Valadares não era considerada ilha, mas uma porção de terra ligada ao continente por uma estreita faixa de terra que une duas áreas de terra maiores, rompida artificialmente, ligando o rio Itiberê ao dos Correias formando o chamado Canal do Cidrão.

A origem do nome Valadares se dá pelas histórias que a Ilha era ponto de comércio negreiro e os encarregados pelas negociações pertenciam à família Valadares. As autoras relatam que a atividade ilegal realizada pela família ocorreu entre os anos 1830 à 1870. No entanto, segundo o historiador Freitas (1999) relatos afirmam que o comércio de africanos tornou-se prática ilegal no ano de 1830. Em Paranaguá a fiscalização do tráfico negreiro aumentou devido incidente ocorrido na Baía de Paranaguá, o naufrágio de um navio conhecido como, o episódio “Córmoran”.

Ao adentrar a Ilha dos Valadares, Torres e Kozel (2009) relatam que os sons característicos da área urbana vão dando lugar aos sons dos pássaros, das águas, do mangue, das pessoas conversando, das crianças brincando, dos cachorros latindo. Ou seja, da história e dos costumes daqueles que habitam. Segundo Mendes (2016):

ao lançar um olhar sobre a constituição deste grupo social e as características que o mesmo imprime no espaço em que habita, observa-se que são nas relações do cotidiano que são construídos os laços afetivos, os símbolos, códigos de conduta e as práticas culturais, estabelecendo, dessa forma, os vínculos de pertencimento e determinando uma dinâmica que promove identidade e pertencimento aos atores locais (MENDES, 2016, p.12-13).

Felisbino e Abrahão (2016) afirmam que a tradição cultural que envolve a relação, produção e festa, resultou nos contornos do perfil cultural e nos processos de ocupação do litoral do Paraná. Na Ilha dos Valadares, mesmo que dispersos os três pilares: o fandango, a pesca e a produção da farinha de mandioca caracterizam o modo de vida caiçara.

O Fandango é considerado uma manifestação musical-coreográfica-poética e festiva da cultura caiçara, configura-se pela reunião de várias danças chamadas

“marcas”, de forma batida que podem ser realizadas (sapateada) pelo homem com tamanco de madeira, valsada por homens e mulheres ou mista (batida e valsada). Podendo ser encontrado nos municípios de Iguape e Cananéia, litoral sul do Estado de São Paulo e Guaraqueçaba, Paranaguá e Morretes (litoral norte do Estado do Paraná), estendendo-se a pequenos trechos de alguns municípios adjacentes como Peruíbe e Ilha Comprida, no estado de São Paulo.

As autoras definem Fandango pela palavra divertimento, uma manifestação brincante realizada em forma de baile, um encontro de pessoas dispostas a tocar e dançar “marcas” fandanguieras. Sua origem tem indícios com a chegada ao Brasil com os portugueses (açorianos), logo no início da colonização e a forte influência espanhola, sua conformação, de fato, se daria com o encontro de culturas que caracteriza a fundação da sociedade brasileira. No ano de 2013 o Fandango Caiçara recebe o título de Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A produção e consumo da farinha de mandioca em Paranaguá possuem larga tradição, Felisbino e Abrahão (2016), descrevem a produção como uma ação demorada e trabalhosa. Primeiramente, as raízes de mandioca limpas, depois são raladas e trituradas até se transformar em uma massa branca. Na prensa, essa massa era colocada dentro de um cesto conhecido como tipiti e espremida até a retirada do líquido venenoso (o chamado leite de loba, conhecido também como mandiquera). Só então, era levada ao forno para ser torrada ou para fazer o beiju, uma espécie de pão enrolado na folha de bananeira. A pequena produção era comercializada duas vezes por semana, aos sábados e domingos, no Mercado. Gradativamente, a produção da farinha na ilha perdeu o seu espaço e apenas uma família continuava a produzi-la, Família Pedroso, seguindo as antigas tradições.

A pesca é o terceiro elo da cultura caiçara do litoral, a atividade pesqueira era predominantemente realizada por homens na divisão social do trabalho, tratava-se de pescadores – lavradores. Sabe-se que a pesca mercantil já tratava esse universo há muito tempo, mas é uma modalidade pesqueira baseada na pequena escala, por isso denominada artesanal (Adams, 2000).

O litoral paranaense possui uma ampla gama de ambientes aquáticos, considerado como o terceiro maior celeiro mundial de reprodução de animais aquáticos, segundo a Fundação PROZEE et. al (2005). Na Ilha dos Valadares a pesca artesanal ainda é expressiva. No final dos anos 1990, Andriguetto Filho (1999)

considerava as características físicas do local como uma típica vila de pescadores. A formação da comunidade pesqueira da Ilha também foi decorrência da migração de moradores e/ou pescadores de outras ilhas ao redor da baía de Paranaguá.

Na história da Ilha dos Valadares no que se refere à educação, tem sua escola no século XX, segundo (Felisbino e Abrahão, 2016, p. 23), “funcionava uma escola pública criada pela Lei nº 805 de 5 de Maio de 1908 e de acordo com o Censo Escolar de 1916, sua população era de “300almas”.

As problemáticas socioambientais são complexas na comunidade, segundo Felisbino e Abrahão (2016) o abastecimento de água potável ocorreu no ano de 1977. No ano de 2016 estimava que 80% da população tinha o abastecimento em suas residências e 17% dos moradores utilizavam poços artesianos para o abastecimento de suas moradias. Segundo autoras:

função da intrusão salina no lençol freático, a qualidade da água tende a ser alterada, apresentando características salobra, além disso, cabe ressaltar que o adensamento do solo contaminado ao uso da fossa rudimentar aumenta a probabilidade de contaminação do lençol freático (FELISBINO e ABRAHÃO, 2016, p 97).

O esgotamento sanitário é outra demanda ambiental, um caos, não existe nenhum tratamento eficiente no tratamento de dejetos. As autoras destacam que no ano de 2014, a Companhia de Água de Paranaguá chegou a iniciar a instalação de uma Estação de Tratamento, mas durante a construção ocasionou rachaduras na estrutura das moradias no entorno. Cabe destacar, que atualmente o tratamento está sendo realizado numa área de manguezal, denominada pela população de mangue seco.

Ao tratar de organização territorial, internamente a Ilha é dividida pela população em três subbairros: Itiberê, Vila Bela e Sete de Setembro, porém que a comunidade apresenta denominações próprias a localidades diferenciadas.

Outros aspectos ambientais ressaltados pelas autoras é a coleta seletiva dos resíduos sólidos, apesar da administração realizar a coleta é visível a quantidade de resíduos dispostos nas ruas e às margens do rio. Havia um lixão na ilha, atualmente desativado, pois o transporte do lixo coletado é transportado pela balsa para ser destinado ao aterro sanitário no continente. E os sepultamentos ocorrem em túmulos de alvenaria e covas abertas diretamente no solo. O procedimento de covas é preocupante, pois existe uma contaminação pelo excesso de necrochorume,



provocado por diversas substâncias orgânicas, inorgânicas e micro-organismos patogênicos.

Ao considerarmos as mudanças, as transformações, nesse sentido a concepção de território por Milton Santos (1999) é definida como um território em processo, que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediato. Parafraseando o economista François Perroux, Santos (1999, p. 19) conceitua o território “como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos”.

Santos (2001) define que o espaço, como sendo o lugar que realizam e revelam o mundo, tornando-o histórico e geográfico, ou seja, empírico. Eles são singulares, mas concomitantemente globais, às manifestações de totalidade de mundo as quais se constituem por formas particulares.

O autor define que lugar é um espaço vivido, de experiência renovada, propenso a reavaliação das heranças e indagação sobre presente e futuro. E cada pessoa, grupo, instituição realiza o mundo a sua maneira, pela mediação técnica e de produção. Enquanto o mundo se dá fora do lugar e por intermédio de uma ação política. Frequentemente exercida de longe e cujos objetivos nem sempre são evidentes.

O local escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi a Ilha dos Valadares, o maior bairro do município de Paranaguá, considerado um território de aspectos peculiares e complexos, apresentando questões ambientais pertinentes a serem analisadas dialeticamente para superação da consciência ingênua a crítica de seus moradores.

## **2 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa participante de caráter etnográfico, através da participação direta com os grupos e comunidade, vai além de conhecer a cultura pesquisada pelo projeto político dos grupos populares, pois há significado quando conhece e advém o querer agir. Para Brandão (2006), o estudo da realidade vivida pelo grupo e sua percepção desta mesma realidade, constituem ponto de partida e a matéria prima para o processo educativo.

O termo pesquisa participante, é também definido por Brandão como a investigação-ação-participativa, que:

busca estabelecer uma interação *eu-outro* através da qual este *outro-que- não-eu* participe do todo ou de momentos do acontecer da pesquisa – entre o projeto que se escreve e o relatório que se edita. E através da qual tanto o processo quanto “produto” da pesquisa sejam partilhadamente processados, produzidos, dados-a-ver (aler) e compreensíveis e interpretáveis por mim e pelo outro, desde o ponto de vista e da vivência das culturas de cada um (BRANDÃO, 2017, p. 34).

O autor destaca que, na pesquisa participante, para que haja a existência de um processo e um “produto final”, estes não podem resultar de um *para-eles* e nem um *para-mim*, mas sim, num resultado de algo fluído e diferenciadamente partilhável: um *entre-nós*.

A finalidade de qualquer ação educativa, para Brandão (2017) seguido da produção de novos conhecimentos, aumenta a consciência e a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem trabalhamos. Assim sendo, o verdadeiro sentido dado à educação, será quando for reconhecida como um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade das pessoas que nela vivem.

Os encontros para os diálogos com as professoras e professores ocorreram na Sede da Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá (SEMEDI), eram planejados e conduzidos pelas três mestrandas. Os assuntos para a formação englobavam as temáticas definidas pelo grupo, totalizando cinco encontros de duas horas de duração. Os resultados dos projetos desenvolvidos em cada instituição culminariam num evento já realizado em anos anteriores pelas escolas e CMEIs da Ilha dos Valadares, porém após a apresentação da proposta da comunidade educativa, a exposição permeou os projetos desenvolvidos nas instituições com as temáticas referentes às problemáticas ambientais do espaço.

As técnicas utilizadas para coleta de dados visando à apreensão e o entendimento da realidade pesquisada se deu pela observação livre e participante, anotações em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas.

A observação livre para Triviños (1987) tem relevância o sujeito, a sua prática manifesta ou a sua ausência, seja total ou parcial, de estabelecimento de pré-categorias para compreender o elemento observado. Acrescentando a observação participante, pois para Brandão (1981) é a técnica fundamental nos

estudos designados como pesquisa participante. A qual:

consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (GIL, 2008, p.103).

A observação teve como registro as anotações de campo, que para Triviños (1987) o registro das informações representa um processo complexo, no que se trata das dimensões explicativas que os dados podem exigir. Na pesquisa participante, o pesquisador atuando como observador precisa prever ideias básicas para atuar como critérios mais amplos e adequados às realidades a qual estará inserido.

O segundo instrumento para coleta de dados foi à entrevista semiestruturada com os profissionais que participaram dos encontros, que para tal, selecionamos uma representação: uma diretora, uma pedagoga e uma educadora, sendo estas as profissionais que já organizaram em anos anteriores a exposição de seus projetos na Praça Cyro Abalém, localizada na Ilha dos Valadares.

Acerca da entrevista semiestruturada, é definida por Triviños (1987) como questionamentos básicos apoiados por teorias e hipóteses, desdobram-se em interrogativas que o informante de maneira espontânea apresenta a linha de seu pensamento e experiência. Enfim, pretende-se com este estudo delinear o envolvimento com o pesquisador e a realidade por pesquisa participante, buscando na dialética captar os fenômenos históricos, caracterizados pelo constante transformar-se.

Por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas, é possível documentar o não documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico. (ANDRÉ, 2005, p. 34)

Os participantes do evento foram às crianças de instituições municipais da Ilha dos Valadares: duas Escolas e três CMEIs. As crianças que participaram desta pesquisa foram as participantes dos projetos realizados nas instituições integrantes da Comunidade Educativa: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares. A variação da idade entre às crianças nos CMEIs compreendem um ano a quatro anos de idade e nas escolas às crianças entre nove a dez anos de idade.

No que se refere ao espaço não formal, são as crianças que frequentam durante os finais de semana das oficinas de reciclagem na AMIV, com variação de idade entre oito anos a dezesseis anos de idade. Destacando que há crianças que frequentam ambos os espaços, escola e associação.

Durante primeira fase da pesquisa, na interação com a criança são precisas as palavras de Brandão (2017) sobre o papel do pesquisador na perspectiva participante, ao definir que:

o sujeito-pesquisado torna-se credor de uma confiança-em-mim-mesmo, como um autor-ator destinado a estabelecer, entre negociações com “os outros”, os princípios e os preceitos das relações interativas que irá viver com as pessoas envolvidas em sua pesquisa. (BRANDÃO, 2017, p. 17).

Na segunda fase da pesquisa, realizada no ano de 2018, aprofundamos sobre o olhar do grupo sobre o cotidiano e as políticas que podem emergir, considerando o que as crianças e os familiares entendem a ser transformado a partir das problemáticas ambientais.

### **3 PRIMEIROS DIÁLOGOS**

As ações na Ilha dos Valadares iniciaram no mês de julho do ano de dois mil e dezessete, em oficinas aos finais de semana, com as crianças e os adolescentes da AMIV, com discussões em torno do tema da reciclagem de plástico e utilização de madeira. Após alguns meses surgiu a proposta dos circuitos ciclísticos e atividade lúdica com as crianças pela Ilha dos Valadares, durante a execução dessas pedaladas eram destacados os elementos socioambientais.

O convite para a participação na Comunidade de Aprendizagem se estendeu aos profissionais dos três CMEIs e das três escolas municipais. No entanto, apenas uma escola não participou alegando que a pedagoga estaria de licença, bem como a professora interessada no projeto por questões de saúde estava ausente também. Após insistência da pesquisadora, enviaram duas servidoras do quadro administrativo, serviços gerais, mas devido à inflexibilidade na dispensa no horário dos encontros, elas não puderam dar continuidade na formação.

A Educação como um processo de insurreição, citada por Kleim (2011) tem como foco as massas, sob a perspectiva de Freire a maioria explorados, em libertação passam a se organizar e atuar revolucionariamente. Essa consciência das

diferentes classes a ser desenvolvida nos processos educacionais injetam nas pessoas diferentes expectativas e referências a partir do momento que esta educação é vista como um ato político. A negativa da gestão da escola ao não permitir que as profissionais da limpeza participassem, pelo fato de não realizarem o serviço ao final do expediente quando estivesse na formação, nos faz refletir e denunciar: os agentes de opressão e desumanização que permeiam o cotidiano da sociedade estão intrínsecos à identidade civilizatória colonial, nossas instituições de ensino insistem a reproduzir práticas e propósitos naturais e próprios da vida?

A posição de caráter libertador decorrente de resistência e reação à desumanização defendida por Freire, as alternativas de libertação virão dos meios mais desumanizados e oprimidos, pois estes não estão na busca de quem está de posse do poder e força de governo. Justamente porque quem tem o poder não pretende e não se interessa em mudar nada que coloque em risco as vantagens e privilégios que usufrui. Kleim, Santos (2012) destacam o Bem Viver como a uma expressão amorosa de alerta ao mundo, proferida por um povo que sofreu e sofre ações de crueldade, exploração e segregação.

As atividades desenvolvidas nas instituições e os trabalhos realizados com as crianças do espaço formal tiveram a exposição realizada na Praça Cyro Abalém no dia dez de novembro do ano de dois mil e dezessete. Na figura 2, podemos visualizar a representação do Fandango, a marca da cultura caiçara apresentado pelas crianças do Centro Municipal de Educação Infantil “Arcelina na de Pina”.

FIGURA 2: I EXPOSIÇÃO – COMUNIDADE EDUCATIVA: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES





FONTE: O autor (2018).

A primeira fase da pesquisa constitui-se com a caracterização da Ilha dos Valadares a partir das problemáticas levantadas pelos seus sujeitos: professores e crianças e, a definição dos objetivos por estes participantes. O quadro a seguir

descreverá quais foram às temáticas, objetivos, competências desenvolvidas nas instituições de ensino da Ilha dos Valadares:




QUADRO 1: AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO FORMAL

(continua)

Instituição	Temática	Objetivos	Procedimentos e Atividades	Resultados	Fotos
CMEI 1	Manguezal e Fandango	Realizar aulas de campo; Apresentar a dança típica em atividades de dança e movimento; Contextualizar o tema com atividades em sala de aula.	Os profissionais levaram às crianças até o manguezal próximo à instituição, assim como na Cooperativa de Reciclagem para contextualizar a temática; Apresentaram o Fandango às crianças em momentos na rotina escolar; A dança foi representada pelos pequenos em eventos.	Ações de integração entre família e escola com a Associação de Reciclagem; Incentivo a	
CMEI 2	Pesca e Esporte	Levar às crianças às margens do Rio Itibere, próximo ao CMEI. Trazer pessoas que sobrevivem da pesca para relatos de experiências com crianças e professores. Explorar o campo de futebol que está ao lado do CMEI para realização de atividades físicas.	A apresentação dos utensílios de pesca e diversas atividades com os elementos que envolveram a temática. Inclui a degustação de comidas típicas e roda de conversa entre familiares pescadores com as crianças; Os exercícios no campo se estenderam para o CMEI	Readaptação da área externa na reorganização da distribuição dos brinquedos e construção de uma caixa de areia.	



QUADRO 1: AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO FORMAL

Instituição	Temática	Objetivos	Procedimentos e Atividades	Resultados	Fotos	(conclusão)
CMEI 3	Mobilidade Insulana	Levar às crianças a rotina do transporte público na Ilha dos Valadares; Contextualizar o transporte escolar característico da Ilha; Realizar com as famílias atividades referentes à temática.	Circuitos de ônibus foram realizados com as crianças; Visita às bicicletarias para conhecer a rotina do profissional; Pedalada com os pais pelo entorno da Ilha e de barco pela baía de Paranaguá; Trajeto com transporte escolar da Ilha, a “Carrocinha” <sup>3</sup> .	Atividades de interações na Praça com as crianças e professores uma vez por semana; Reestruturação da Proposta Pedagógica da instituição.		
Escola 1	Território e Ambiente	Construir jogos referentes à temática; Desenvolver ações na escola;	Rodas de conversa com as crianças do período integral; Intensificou o Projeto já desenvolvido pela escola: Cidadão Consciente Mirim, um monitoramento dos espaços da escola na questão da limpeza e manutenção dos espaços.	Jogo envolvendo a temática (ANEXO 2); Pesquisa com os pais (ANEXO 3); Peça teatral foi apresentada pelos próprios alunos “Bicho Sujo”.		
Escola 2	Reciclagem	Aula de Campo; Reproduzir com as crianças os locais públicos que se localizam na Ilha dos Valadares que relacionam as demandas ambientais.	Os professores levaram as crianças até a Cooperativa de Reciclados da Ilha dos Valadares e reforçaram na escola e para as famílias a importância da coleta seletiva; Construíram e a degustação de alimentos encontrados na Ilha dos Valadares.	Construíram maquetes da Cooperativa de Reciclagem, Cemitério Municipal, Fábrica de Bloquetes, Praça Ciro Abalém, Passarela da Ilha dos Valadares e a balsa.		

FONTE: O autor (2018).

<sup>3</sup> Transporte Escolar da Ilha dos Valadares, um responsável dono de um cavalo e uma carroça se compromete com os pais informalmente, em buscar as crianças em suas residências e deixá-las nas instituições da Ilha dos Valadares, assim como devolvê-las ao final do período de aula. O valor é combinado entre o “Papai Querido”, assim como as crianças o chamam e os responsáveis, durante o trajeto as crianças vão cantando ou então fazendo suas orações.

Esses dados coletados, que se constituíram em dois quadros explicativos tanto no espaço formal, quanto no não formal, foram obtidos por meio da observação livre, anotações no diário de bordo e entrevistas semiestruturadas.

Durante uma das atividades, o incentivo à cultura foi inserir a uma prática de exposição pública já existente entre as instituições da ilha, a pedagoga participante da pesquisa destacou que: “já fazíamos esse trabalho, mas trazer o tema ambiente foi muito mais significativo, tanto no trabalho com as crianças como com as famílias. No CMEI a proposta foi bem aceita pelas docentes e a cada dia surgia uma ideia nova para ser feita” B.S.M. (2017).

Freire nos alerta no desafio dos educadores, muitos com a alegria calejada, seja por acreditar que já se apropriou do conhecimento, levando-o a uma postura de superioridade, seja por travar uma série de batalhas diárias. Para Freire; Guimarães (2001) a riqueza da experiência de um educador está na relação de sua posição curiosa de quem já percorreu um caminho em torno do objeto (educando) a ser desvelado, ou seja, viver o educador re-faz na cognoscibilidade, na capacidade de conhecer novas facetas no ato de conhecer o objeto, a sua própria capacidade de re-conhecer.

A educadora destacou outros fatores como a importância de levar as crianças na área do manguezal e ao fazer a apresentação do espaço, destacar a importância da prevenção, de perceber que algumas crianças já detêm um conhecimento prévio sobre o espaço e que alguns já estabelecem relação: “Quando levamos as crianças no mangue alguns diziam que já conheciam e que já tinham ido até o local, que lá seu pai pegava caranguejo e ostra. Já relatavam que no local tem coisas para comer ou que o pai ganhava dinheiro com a venda dos crustáceos” (M.R.S.I., 2017).

As crianças tem verdadeiro fascínio pelos espaços externos, considerando que os remete ao lugar de integridade e liberdade. Tiriba (2018) destaca na lógica capitalista, produtivista o objetivo no desenvolvimento das crianças e jovens exige que a escola paralise corpo e assegurem afecções a separação física do mundo natural e o controle dos desejos. “Nessa perspectiva, o distanciamento sujeito/objeto é um componente fundamental para a produção de uma ciência que possibilita domínio e o controle da natureza, o que, na prática, implica distanciamento” (TIRIBA, 2018, p. 152).

Do desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber que um trabalho realizado na coletividade, ao iniciar sobre a





perspectiva da construção e sem nenhuma pré-determinação se estabelece um espaço de produção de conhecimento, de confiança e liberdade, bem como a cooperação entre os sujeitos. A diretora ouvida destacou: “Este ano percebi o envolvimento entre as escolas e CMEIs e como cada um empenhou-se para fazer o seu melhor. Os resultados foram belas e diferentes formas de apresentar as problemáticas da Ilha dos Valadares”. J. D. G. (2017).



O quadro 2 traz as ações advindas das propostas construídas pelas crianças e os adolescentes direcionadas pela presidente da AMIV com a participação das mestrandas do Programa de Pós Graduação que realizaram a proposta das pesquisas serem desenvolvidas numa perspectiva interdisciplinar:

QUADRO 2: AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO NÃO FORMAL

(continua)

Instituição	Temática	Objetivos	Procedimentos e Atividades	Resultados	Fotos
AMIV	Oficinas de artesanato	Construir com as crianças e adolescentes objetos para uso a partir dos recicláveis.	Foram construídas caixas multiuso de madeira e entregue nas instituições da ilha para uso a partir de materiais recicláveis.	Sensibilização para encontros semanais com as oficinas; Integração da AMIV com as instituições	
	Circuito Ciclistico	Definir junto às crianças e adolescentes um roteiro dos pontos na ilha para que se percebam as demandas ambientais.	Pedalada com paradas em alguns pontos: balsa, estação de tratamento de esgoto, Parque Ambiental e Complexo Esportivo. Ao final do trajeto estabelecido realizamos um piquenique.	Projeto institucionalizado pela Associação. A rota era definida pelas crianças e durante o trajeto discussão sobre as problemáticas ambientais.	

QUADRO 2: AÇÕES REALIZADAS NO ESPAÇO NÃO FORMAL

Instituição	Temática	Objetivos	Procedimentos e Atividades	Resultados	Fotos	(conclusão)
AMIV	Esporte e Lazer	Realizar atividade física em espaço que as crianças e adolescentes tenham contato com a natureza.	Aos domingos de sol fomos ao Complexo Esportivo que se localiza ao lado do Rio dos Correias para atividades físicas.	Práticas Esportivas semanais.		
	Caça ao Tesouro	Estimular o conhecimento sobre a história da Ilha dos Valadares e sua cultura através do lúdico. Incentivar a linguagem, leitura e a arte em atividades coletivas.	No dia das Crianças organizamos o Caça ao Tesouro em que divididos em equipes as crianças e adolescentes recebiam pistas de alguns pontos da ilha com referência aos aspectos ambientais e iam à busca das bandeiras; Disponibilizamos texto com a história de Paranaguá e dos seus pontos turísticos para a atividade lúdica “torta na cara” com o jogo de perguntas e respostas; Finalizamos com o concurso de poesias sobre a ilha.	Processo de eleição para a comissão diretiva mirim da Associação.		

FONTE: O autor (2018).

As crianças do espaço não formal, ao caracterizar a ilha, sugeriram a construção de um poema que revela os elementos culturais e ambientais da comunidade, a figura 3 é a produção de Criança 2 que traz um símbolo de caracterização da Ilha dos Valadares, a passarela que a liga ao entro da cidade:

Ilha minha grande ilha  
Lugar de ser feliz  
Não sou só eu que diz  
Pois aqui moram pessoas  
Fandango com sua arte e dança  
Que a todos se encanta  
Ilha minha querida ilha  
Itibere, Vila Bela e 7 de setembro  
Lugar que nos faz entra  
Tão lindo que nos faz sonhar.  
(Criança 1, 9 anos, 2017).

FIGURA 3: POEMA E DESENHO CONSTRUÍDO PELA CRIANÇA



(Criança 2, 10 anos, 2017)  
FONTE: O autor (2018).

O reconhecimento da cultura local e as demandas ambientais da Ilha dos Valadares a partir do envolvimento no cotidiano das crianças inseridas nos espaços: formal e não formal considero relevante destacar alguns pontos: o primeiro foi nos ambientes formais, a aproximação para a percepção da criança aconteceu quando o professor teve a sensibilidade de convocar a pesquisadora para participar das ações construídas em cada escola ou CMEI. As ações envolveram as crianças e em alguns casos, os familiares, a partir da temática escolhida pelos profissionais, à ilha foram exploradas e discutidas as problemáticas.

Outro fato relevante percebido no processo, o espaço não formal em que práticas de participação e autonomia da criança e adolescentes já estavam estabelecidas, a inserção das pesquisadoras fluiu naturalmente. Percebe-se que a associação era para seus participantes, um espaço de apropriação, empoderamento e transformação da Ilha. As crianças reconheciam as demandas emergenciais e constantemente provocavam a presidente para novas ações, partindo do que poderiam construir para que a ilha fosse divulgada e reconhecida.

Durante este primeiro processo de pesquisa, as crianças e adolescentes instituíram uma equipe diretiva mirim que emergiu durante os encontros dos finais de semana e o processo para a escolha seguiu os critérios que perpassa uma eleição oficial. A autonomia na organização dos espaços nos momentos das oficinas foi fundamental para perceberem a necessidade de pontuar as prioridades durante as ações. Porém, para evitar que iniciasse uma competição entre elas, as próprias sugeriram ter uma presidente mirim.

Freire; Guimarães (2001) nos alertam que problemas possam ser criados, mas precisam se explicitados e neste momento que o problema passa a ser político. Problematicar o mundo dos educandos, a realidade com a qual convivem é um convite para desocultar à realidade, transformando-se em problemática, cada vez mais perigoso para as autoridades, que por sua vez, ideologicamente gostariam de manter ocultando-a.

Apoiando a iniciativa, pesquisadoras e presidente da associação acompanhara o processo organizado pelas crianças que se definiu chapas para eleição, composta por Presidente, Secretária e Tesoureira e durante um mês elaboraram e apresentaram suas propostas. O processo finalizou com a eleição, ocorrida num domingo em que as candidatas acompanharam a votação na Associação de Moradores.

## **5 CONSIDERAÇÕES**

A realização desta pesquisa participante sobre a perspectiva da interdisciplinaridade, ao planejar e executar as ações em parceria de três mestrandas, tendo a diversidade do foco a pesquisar sobre o mesmo espaço por cada projeto, foi desafiador ao definir os limites que cada pesquisa traçaria. Mas

durante o processo, as dificuldades em conciliar as demandas da pesquisa com a rotina profissional de cada uma foram superadas a partir de uma nova ação que surgia e trocas de experiências entre os profissionais.

Os interesses das instituições pela participação das pesquisadoras nas atividades que surgiam no desenvolvimento das ações nas instituições foram fortalecendo as relações. Bem como nas atividades do espaço não formal, durante os encontros aprendíamos como o estímulo a liderança permite que as crianças desenvolvam seu senso crítico. A toda decisão era motivo para uma plenária e a organização do espaço era um compromisso firmado pelos participantes. .

Acredito que a continuidade da temática poderá desencadear num projeto que seja incorporado ao Projeto Político Pedagógico da instituição e que os assuntos socioambientais da Ilha dos Valadares sejam discutidos de maneira integrada e interdisciplinar, não mais de forma fragmentada sobre conteúdos descontextualizados à realidade ou determinado pelas datas comemorativas que envolva os temas como água e meio ambiente.

Lamentável foi perceber que durante a inserção na comunidade, ainda em algumas instituições a figura dos serviços gerais não seja considerada como profissional que faça parte do processo educativo. Pois quando duas destas servidoras se disponibilizaram a participar foram vetadas, afinal quem limparia a escola no final do dia, onde elas estariam na formação? A esta negativa cabe um questionamento: estas profissionais também não têm o direito à formação permanente?

Enfim, a inserção na comunidade da Ilha dos Valadares foi uma aproximação que revelou os traços, costumes e cultura da comunidade e o modo como esta se relaciona com o ambiente e entre os sujeitos. A receptividade e o acolhimento ao perceber que a discussão permite a reflexão sobre o meio e possibilita a transformação, mesmo que inicialmente seja apenas com os sujeitos que participam já se torna um começo. Ao longo dos próximos meses de trabalho na comunidade a perspectiva é envolver os participantes em ações de transformação, em que não se perceba a distinção entre participante e pesquisador, conhecimento historicamente construído e a sabedoria popular, já que ambos se correlacionam e são essenciais para a mudança de postura de um grupo popular.



## REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** IN: *Revista de Antropologia*, v.43, n.1, São Paulo, 2000.
- ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar.** São Paulo: Papirus, 2005
- ANDRIGUETTO FILHO, J.M. **Sistemas Técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná Brasil.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Curitiba: UFPR, 1999.
- FUNDAÇÃO PROZEE et. al.. **Relatório Técnico sobre o Censo estrutural da Pesca Artesanal Marítima e Estuarina nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** Itajaí: Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE, 2005.
- FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Partir da infância: diálogos sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante,** 2006.
- \_\_\_\_\_. **A terceira margem do Rio:** anotações e fragmentos sobre a experiência da pesquisa como um encontro. Campinas, 2017.
- FELISBINO, J. N; ABRAHÃO, C. M. S. **Ilha dos Valadares:** história, cultura e meio ambiente. Curitiba: Ed do autor, 2016.
- FREITAS, W. F. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade.** Paranaguá: IHGP, 1999.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- FAGUNDES, M. C. V. **Universidade e projeto político-pedagógico:** diálogos possíveis fomentando a formação emancipatória. Tese de Doutorado Universidade do Vale do Rio do Sino, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009.
- FELISBINO, J. N; ABRAHÃO, C. M. S. **Ilha dos Valadares:** história, cultura e meio ambiente. Curitiba: Ed do autor, 2016.
- FREITAS, W. F. F. **História de Paranaguá: das origens à atualidade.** Paranaguá: IHGP, 1999.
- FREIRE, P; NOGUEIRA, A. **Que fazer:** Teoria e prática em educação popular. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Partir da infância: diálogos sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENDES, E. T. **Valadares: um estudo de caso sobre elementos da configuração social da ilha**. Paranaguá, 2017. 70p. Tese de Livre-Docência – Instituto Federal do Paraná.

KEIM, E. J; SANTOS, R. F. **Educação e sociedade pós colonial: linguagem, ancestralidade e bem viver**. Santos: Paço Editorial, 2012.

KEIM, E. J. **Educação da Insurreição: emancipação humana, ontologia e Pedagogia de Georg Lukács e Paulo Freire**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6º ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, No 2, 1999, p.15-26.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

TIRIBA, L. **Educação infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salete. **A paisagem sonora da Ilha dos Valadares: percepção e memória na construção do espaço**. In: DELOIZY, Francine Barthe; SERPA, Angelo. (Org.). *Visões do Brasil: estudos culturais em geografia*. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, 166-190.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

### 3.2 A RESSIGNIFICAÇÃO DA IMAGEM SOBRE O AMBIENTE: O OLHAR DA CRIANÇA A RESPEITO DA ILHA DOS VALADARES – PARANAGUÁ – PARANÁ

#### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo problematizar a ressignificação da imagem sobre o ambiente da Ilha de Valadares a partir do olhar das crianças e seus familiares. O ambiente aqui referido e onde foi desenvolvida a pesquisa é da Ilha dos Valadares, Paranaguá/PR. A metodologia utilizada para a abordagem e coleta de informações foi a pesquisa participante, de base qualitativa, utilizando as técnicas da observação participante, com registro no diário de bordo, entrevistas semiestruturadas e grupo de discussão. As percepções das crianças foram marcadas na elaboração do segundo produto da pesquisa, uma cartografia social da Ilha dos Valadares diante da realidade vivida e na expressão dos desejos e sonhos da realidade que às crianças desejariam que fosse. Nessa construção debruçou-se nas políticas urbanas municipais e inseriu no diálogo os familiares das crianças da Escola Municipal

“Graciela Elisabeth Almada Diaz”. Surge no processo à carta manifesta, terceiro produto, construída pelas crianças junto aos professores, apresentada numa audiência com o gestor municipais e demais representantes do sistema municipal e a construção pelas crianças de um livro/informativo, quarto produto, relatando o histórico do saneamento básico no local. Os movimentos decorrentes são os traços demarcados na segunda fase da pesquisa correspondente aos oito meses finais em que as representações sociais do ambiente de Ilha dos Valadares ficaram anunciadas pelos materiais construídos a partir e pelas crianças e nos adultos pelas ações e práticas na comunidade.

**Palavras-chaves:** Olhar da criança. Cartografia Social. Pesquisa Participante. Representação social.

## 1 INTRODUÇÃO

As representações sociais surgem na pesquisa como um recurso para compreensão de concepção, ideais e imagem na busca problematizar a ressignificação da imagem sobre o ambiente da Ilha de Valadares a partir do olhar das crianças e seus familiares.

Ilha dos Valadares foi o espaço escolhido para o desenvolvimento de uma pesquisa interdisciplinar, realizada por três alunas do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional para Ensino das Ciências Ambientais pela Universidade Federal (UFPR) – Setor Litoral, as quais a partir de suas formações iniciais pesquisaram diferentes sujeitos e metodologias diferenciadas, mas que realizaram ações coletivas na comunidade ilhéu.

Pertencente ao município de Paranaguá que sintetiza em suas ruas, casarões, rios, mar e porto, séculos de história que contam a origem da evolução do Estado do Paraná. Segundo Lück Jr (2009) o seu patrimônio natural e cultural contempla as tradições do povo, arquitetura e da contemplação da vista ribeirinha alheia à modernidade do porto.

Precisamente à margem do rio Itibere encontra-se a Ilha dos Valadares, o bairro que acomoda uma população de 22 mil habitantes, Felisbino e Abrahão (2016), porém não foi encontrado em registro oficial. No que se refere às demandas ambientais, foco neste trabalho, suas especificidades são decorrentes do crescente aumento populacional, descontrolada ocupação do território e precariedade na conservação do ambiente.



A imersão na comunidade iniciou no segundo semestre do ano de 2017 e neste artigo abordaremos a segunda fase da pesquisa, correspondente aos oito meses do ano de 2018 através de uma pesquisa participante objetiva-se descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse e construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos desta pesquisa, propostas alternativas de transformação do ambiente.

O ponto de origem da pesquisa participante situa-se em uma perspectiva de realidade social, tendo a totalidade em sua estrutura e dinâmica, que parte da realidade concreta e cotidiana dos participantes, individuais ou coletivos, em dimensões e interações diferenciadas. Os processos, estruturas, organizações e os sujeitos devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, pois é o fluxo e a interação dos acontecimentos na história que em grande parte justifica a realidade social.

Os participantes neste momento da pesquisa foram em torno de vinte crianças, as que frequentam o 5º ano do Ensino Fundamental e as que permanecem em período integral na instituição Escola Municipal em Tempo Integral “Graciela Elizabeth Almada Diaz”. Os pais e responsáveis pelas crianças foram representados por oito pessoas entre: mãe, pai, irmão e avó e o critério de escolha considerou os interessados que compareceram em duas reuniões agendadas previamente. E as duas professoras regentes responsáveis pelas turmas que a pesquisa foi desenvolvida.

A pesquisa participante teve como instrumento para coleta de dados a observação participante com os registros no diário de bordo e entrevistas semiestruturadas, bem como grupo de discussão, constituindo uma base de informações que embasaram a análise. A análise dos dados foi fundamentada na linha epistemológica do materialismo histórico dialético, permitindo a compreensão do movimento da realidade em sua concretude histórica.

Os resultados construídos durante a segunda fase da pesquisa surgem de representações sociais do ambiente de Ilha dos Valadares nos esboços das crianças e no envolvimento dos adultos em ações efetivas na comunidade.

Este artigo principia com a apresentação de conceitos sobre a representação e a cartografia, seguido do percurso metodológico que embasa a fase das descobertas da visão etno-ambiental, por meio do olhar das crianças,

culminando com as considerações finais.

## **2 A REPRESENTAÇÃO E A CARTOGRAFIA COMO ELEMENTOS PARA ENTENDER E PROJETAR A REALIDADE**

A representação entendida como um processo que torna equivalente a percepção e o conceito, uma vez que estes se concebem e se afetam reciprocamente. Para Moscovici (1978), a representação se configura da tensão entre o imaginário (imagem) e o simbólico (conceito), a presença e a ausência do objeto, num espaço compartilhado pela resistência e pela propulsão.

Cavalcanti (1998) considera que o autor acima referenciado, vincula representações sociais ao plano do conceito (as preconcepções) e ao plano das percepções (imagens e valores), ou seja, na interface entre o concebido e o vivido. As representações sociais são além dos conceitos, imagens, o indivíduo tem a necessidade de entender o mundo para além de uma lógica conceitual pré-estabelecida.

A compreensão do objeto de estudo é a realidade social vivida pelas pessoas numa relação dialética, com vistas à conscientização popular e à participação. Para Brandão (2006) a pesquisa participante incorpora gradualmente a comunidade dentro de um processo de pesquisa dirigido para a mudança e se convertem seus membros em participantes em transformação.

Nesse sentido, Acselrad; Coli (2008) defendem a emergência de políticas cartográficas, em que os mapeamentos sejam objeto da ação política, como uma disputa entre distintas representações do espaço, de disputas territoriais. Essas disputas tendem a acirrar-se, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas.

Os autores destacam a afirmação de Herlihy e Knapp:

o mapeamento participativo reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Suas raízes metodológicas estariam ligadas ao que as agências promotoras do “desenvolvimento” chamaram de “observação participativa” e “metodologias de pesquisa colaborativa”. (ACSELRAD; COLI, 2008 p.15).

Correia (2007) afirma observa que os mapeamentos com envolvimento de populações locais realizados no Brasil, definem algumas tipologias com variações de estratégias e que determina cada terminologia, como: “levantamentos

etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, entre outros.

As técnicas permitem aos membros das comunidades inserir fatores aos mapas, em certa medida, de que pessoas capacitadas preparem os mapas básicos, registre os dados de campo diretamente nos mapas, ou no computador, e imprima os resultados finais.

A modalidade de ferramentas e métodos participativos, utilizados na prática e difundidos internacionalmente, podem ser ilustrados a partir da caracterização de Corbett et alli In Acselrad; Coli (2008), como: a cartografia de esboço é um método ligeiramente mais elaborado, um mapa com base na observação ou memória, sem medidas exatas, tais como escala consistente ou referências geográficas. Normalmente envolve o desenho de símbolos em folhas grandes de papel para representar as características da paisagem.

Os processos de urbanização geralmente desconsideram os direitos de cidadania e diante a desigualdade na urbanização das cidades brasileiras, avançou a participação social no planejamento e gestão urbana.

No caso do Município de Paranaguá, lócus deste estudo, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Paranaguá foi instituído pela Lei Complementar nº 60, de 23 de Agosto de 2007 que estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município.

Na relatoria de elaboração do plano, prevê conformidade com o Estatuto da Cidade, a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 garantindo um conjunto de princípios e regras orientadoras para ação dos agentes construtores de espaços urbanos e rurais. Sendo que, solicita-se na 4ª Fase do Plano, Paranaguá (2007).

desenvolvidas as Propostas para o desenvolvimento do eco-turismo municipal (mapas e roteiros, diretrizes para programas de capacitação, e infra-estrutura de apoio), do turismo religioso, histórico e rural; as Diretrizes para a elaboração de programas para a valorização do Caiçara (conscientização ambiental e capacitação para o empreendedorismo); a Proposta de alternativas sustentáveis para a recuperação do centro histórico e dos principais acessos ao município por via rodoviária terrestre e marítima; e o Documento contendo a Legislação Básica e os instrumentos relativos ao Processo de Planejamento e Gestão Municipal. Aos 150 (cento e cinquenta) dias a partir da data da assinatura do contrato, deverá ser



Código Ambiental de Paranaguá, estabelecendo a política ambiental, além do disposto na Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá organiza, algumas das demandas ambientais apresentadas nesta pesquisa: fauna e flora, loteamento e construções, cortes e podas, do uso e conservação do solo, recursos hídrico, normas ambientais referentes ao controle da água, áreas de preservação permanente, saneamento básico e higiene e limpeza.

Os aspectos ambientais referidos na lei acima são complexos na Ilha dos Valadares: o loteamento e as construções muitas são feitas em áreas proibidas e nenhum morador tem a documentação de regularização fundiária; cortes e podas de árvore muitas vezes são realizadas pelos moradores que costumeiramente queimam as folhas ao final da tarde, trazendo poluição do ar e uma situação desconfortável aos moradores; saneamento básico é fato que está em discussão entre prefeitura de Paranaguá com a empresa que está comprometida em oferecer o serviço, no entanto cobra a tarifa sem antes prestar devidamente o tratamento de esgoto. Por fim, a limpeza das ruas e vielas da Ilha, que mesmo com a constante manutenção do serviço público, a conscientização dos moradores ainda necessita avanços, fator esse integrante da percepção das crianças participantes desta pesquisa.

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa participante de base qualitativa adotada nesta pesquisa é entendida por Brandão (2006), que ao recordar Orlando Fals Borba, diz que esta, deveria lançar-se na progressiva construção de uma ciência popular. “Uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar no mundo social e de pensar nas transformações sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares” (p. 33).

Os participantes neste momento da pesquisa foram em torno de vinte crianças, as que frequentam o 5º ano do Ensino Fundamental e as que permanecem em período integral na instituição Escola Municipal em Tempo Integral “Graciela Elizabeth Almada Diaz”, o quantitativo alterava de acordo com a presença nos dias letivos. Os pais e responsáveis pelas crianças, tendo a participação de oito responsáveis entre eles: mãe, pai, irmão e avó. Além as duas professoras regentes responsáveis pelas turmas que a pesquisa foi desenvolvida. Critério para escolha das crianças e professoras considerou a efetiva participação deles na primeira da

pesquisa, apresentando projetos de intervenção direta na comunidade.

Totalizando dez encontros, entre estes, sete foram realizados diretamente com as crianças, nos demais envolveu pais, responsáveis, professores e gestores municipal para apresentação das propostas vindas pela pesquisa. Especificamente com os pais e responsáveis e no momento de audiência com gestores municipais a técnica adotada foi o grupo de discussão a partir de questões abertas, e o registro do momento foi através de audiovisual.

A observação de um fenômeno social torna-se possível quando em um “[...] determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 153).

Para Gil (2008) a observação tem proeminência numa pesquisa, pois os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida.

Para a compreensão dos dados, a linha epistemologia adotada no materialismo histórico dialético, com base os preceitos de Paulo Freire, filósofo da educação popular, ao integrar tais princípios epistemológicos a sua pedagogia do oprimido, caracterizando uma filosofia pedagógica pelo fato de ser dialógica, libertadora e transformadora. O método que denomina psicossocial, operacionaliza um processo metodológico: problematização – ação – reflexão.

Loureiro (2009) nos diz que a dialética entendida por Marx, adepto de um realismo dialeticamente elaborado, suas formulações diferem de reducionismo racional, irracional, subjetivo, objetivo, relativo e absoluto. Estes aspectos, nesta perspectiva, permitem a compreensão do movimento da realidade em sua concretude histórica.

A partir desses pressupostos e registros de intenções, avançamos para o que foi revelado pela pesquisa.

#### **4 A VISÃO ETNO-AMBIENTAL DA ILHA DOS VALADARES A PARTIR DAS CRIANÇAS**

As informações coletadas nessa pesquisa participante surgiram a partir da inserção da pesquisadora nas práticas desenvolvidas na Escola Municipal “Graciela



Elizabeth Almada Diaz” na Ilha dos Valadares. A pesquisadora se faz pertencente à comunidade, pois além de ser moradora e profissional da educação municipal, adota a pesquisa participante em que pesquisador e sujeitos não se mantêm em campos distintos. Reafirmado pelo preceito de que a credibilidade em uma pessoa treinada para ser “subjetivamente objetiva e confiável”, que toda uma atividade de “pesquisa de campo”, segundo Brandão (2017) na pesquisa investigação-ação-participativa se realiza e pode ser rigorosamente transformada em um escrito científico.

O quadro 1, apresentará as ações desenvolvidas durante os dez encontros que ocorreram durante o processo de pesquisa que compõe os registros da observação participante:

QUADRO 1: AÇÕES DESENVOLVIDAS, NOVAS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

(continua)

<b>Data - Sujeitos</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ações Desenvolvidas</b>	<b>Resultados</b>
07/06/2018 Crianças e Professores	Sensibilizar as crianças para o desenvolvimento de uma pesquisa participativa	Retomada das ações desenvolvidas na escola e o Projeto Agente Ambiental Mirim; Convite à aula de campo pela Ilha dos Valadares para observação das demandas ambientais Aula de Campo, realizando quatro paradas: 1- Porto da bateria <sup>4</sup> 2- Antigo reservatório de água 3- Balsa 4- Parque Ambiental Ilha dos Valadares	Envolvimento das crianças e professoras na pesquisa
11/06/2018 Crianças e Professores	Apontar as demandas socioambientais a partir da percepção da criança		Análise crítica sobre o espaço socioambiental da Ilha dos Valadares
12/06/2018 Crianças e Professores	Diagnosticar as demandas socioambientais na Ilha dos Valadares	Construção do mapa da Ilha dos Valadares a partir do entendimento das crianças sobre o espaço que desejariam como realidade	Segundo Produto: Cartografia Social da Ilha dos Valadares
20/06/2018 Pais e responsáveis	Sensibilizar para a necessidade do envolvimento dos familiares no trabalho realizado.	Encontro com os pais para autorização de sua participação da pesquisa e grupo de discussão sobre os elementos da pesquisa.	Integração entre a família e escola

<sup>4</sup> Local que se concentra as embarcações de madeira movidas a remo que realizada a travessia entre o continente a Ilha dos Valadares, os homens que realizam a atividade cobram o valor de R\$ 1,00 por pessoa para o transporte.



QUADRO 1: AÇÕES DESENVOLVIDAS, NOVAS POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO

(conclusão)			Resultados
Data - Sujeitos	Objetivo	Ações Desenvolvidas	Resultados
27/06/2018 Crianças e Professores	Contextualizar com as crianças o caminho para que suas percepções sobre a Ilha dos Valadares fossem consideradas.	Retomada da discussão e início de uma carta manifesto aos gestores municipais para a apresentação da proposta durante o encontro em horário de aula. A estratégia foi contextualizar o organograma municipal com a gestão da escola e técnicas para construção do gênero textual: carta.	Terceiro Produto: Carta Manifesta
13/08/2018 Crianças e Professores	Incentivar a pesquisa entre as crianças como possibilidade de reflexão e transformação local	Conversa com as crianças sobre a pesquisa que realizaram sobre saneamento básico	Apresentação das informações coletas e reflexão sobre a problemática
16/08/2018 Crianças e Professores	Sistematização das informações levantadas pelas crianças	Apresentação pelas crianças do início da construção de um livro/informativo a história do abastecimento hídrico na Ilha dos Valadares	Quarto Produto: Esboço da construção do livro/informativo a história do abastecimento hídrico no bairro.
17/08/2018 Pais e responsáveis	Integrar mais familiares na discussão	Grupo de discussão sobre os elementos da pesquisa	Apresentação aos familiares dos produtos construídos na pesquisa
30/08/2018 Crianças, Professores, Gestores da escola e Gestores Municipais: Prefeito, Secretários das pastas: Educação, Urbanismo, Meio Ambiente e Ilha dos Valadares, Vereador, Presidente da Câmara Municipal e Superintendente de Educação e de Meio Ambiente.	Sensibilizar gestores municipais ao agregar na conversa crianças, apontando transformações a serem realizadas na Ilha dos Valadares	Encontro com gestores municipais na própria escola para a apresentação do mapa construído, exposição do projeto desenvolvimento e questionamento sobre as percepções das crianças.	Protagonismo Infantil durante uma pesquisa realizada na perspectiva interdisciplinar

FONTE: O autor (2018).

A partir da aula de campo, um trajeto que percorreu a extensão de aproximadamente 4,2km<sup>2</sup> pela Ilha dos Valadares com o transporte oferecido pela Secretaria de Educação de Paranaguá (SEMEDI), foi orientado às crianças para observarem as demandas ambientais que necessitariam ser repensadas para que o espaço fosse o que desejariam. Tais observações foram apresentadas pelas próprias crianças na cartografia social, representada na figura 2:

FIGURA 2: MAPEAMENTO ETNO-AMBIENTAL DA ILHA DOS VALADARES

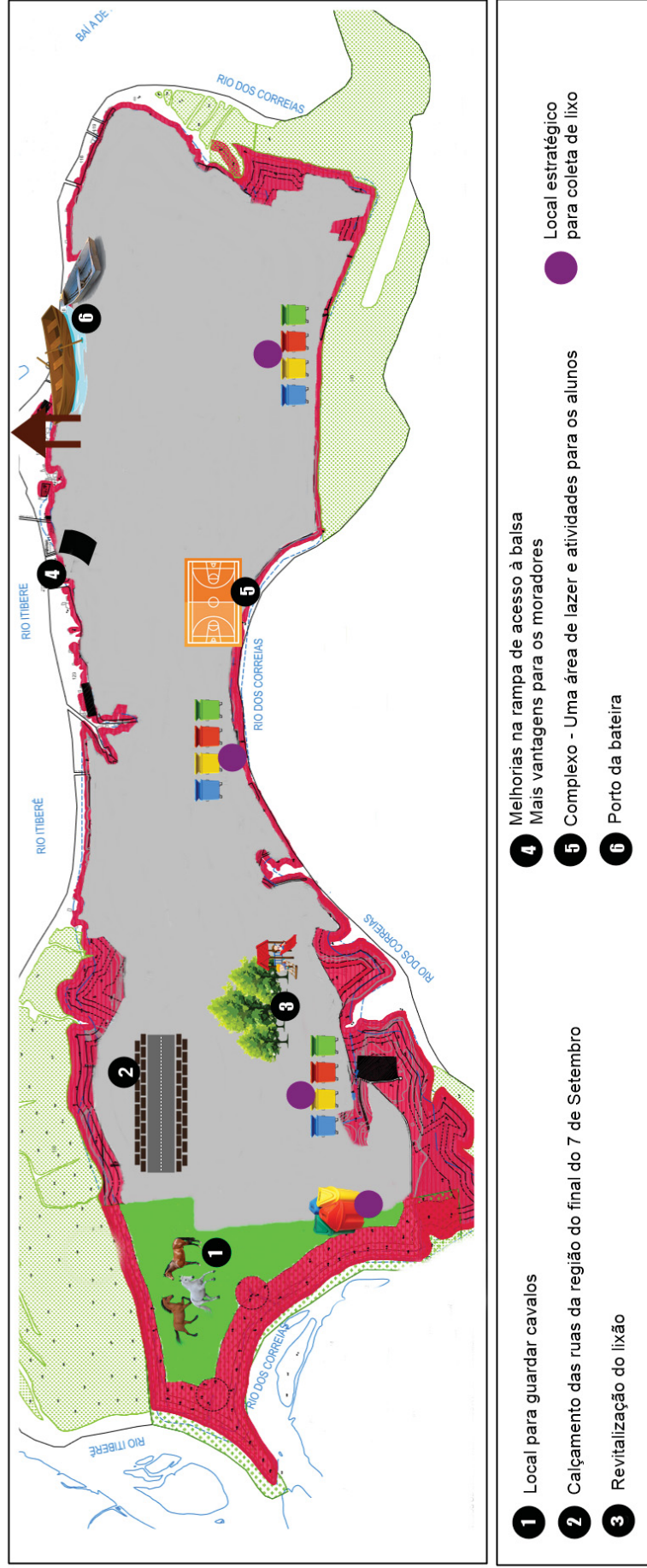


FONTE: O autor (2018).

Para Acselrad e Coli (2008), a cartografia integrada a um processo de planejamento ou manejo de territórios que se quer participativo entende ligar os atores e o território, construir estes espaços e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que, nesta relação, uns e outros se transformarão. O mapeamento participativo pode ajudar a trazer coerência para o seio da comunidade e reafirmar o valor e a relevância do conhecimento tradicional ao infundir respeito pelos anciãos e pelas práticas tradicionais de manejo dos recursos, a ferramenta utilizada pelo movimento indígena (COLCHESTER, 2002).

A respeito da cartografia, durante a audiência promovida pelos participantes da pesquisa com os representantes da Gestão Municipal, o Vereador 1 (2018), destacou que o mapa deveria ser fixado na entrada da Ilha dos Valadares, na Praça Cyro Abalém, afinal não temos nenhuma orientação a respeito dos sub bairros que culturalmente se denomina na Ilha pelos seus moradores, nem mesmo a localização de alguns pontos turísticos. A afirmação do vereador de que esta seria uma bela ideia, ao Secretário de Urbanismo que se fazia presente no debate, demonstrou a importância do trabalho desenvolvido pelas crianças e familiares. Segue a cartografia, o segundo produto desenvolvido nesta pesquisa:

FIGURA 3: CARTOGRAFIA SOCIAL DA ILHA DOS VALADARES



FONTE: CORDEIRO, T. C, 2018.

A Figura 4 retrata os participantes no grupo de discussão realizado na Escola Municipal “Graciela Eliazabeth Almada Diaz”:

FIGURA 4: GESTORES MUNICIPAIS OUVEM AS PERCEPÇÕES DAS CRIANÇAS SOBRE A ILHA DOS VALADARES



FONTE: O autor (2018).

Cabe destacar que a Carta Manifesta construída pelas crianças, traz todos os pontos observados durante a aula de campo e finaliza com a frase/convite: “Agradecemos pela atenção e convidamos à estarem conosco aqui na Escola Graciela para juntos conversarmos sobre nossas ideias para nossa Ilha!”. Percebe-se que no momento em que as professoras questionaram o que poderia ser feito para que todas as observações chegassem à figura do gestor municipal, contextualizam o organograma de uma gestão municipal a partir da realidade da criança: o contexto escolar na figura do Gestor, Pedagogo, Professor e quando uma criança tem alguma situação a reclamar, quais os caminhos que ela deve tomar para ser ouvida. As professoras aproveitaram a oportunidade para trabalhar o gênero textual, carta, dividiram as crianças em duplas ou trios definindo para quais convidados iriam escrever a carta, porém as crianças preferiram fazer um único documento (Diário de Bordo, 27/06/2018).

A contextualização utilizada pelas professoras se aproxima dos conceitos defendidos por Freire, em que a consciência se dá com a aproximação espontânea da realidade, detendo dados e assimilando causalidades num desenvolvimento ingênuo primeiramente. Segundo Freire (1999) a superação dessa consciência ingênua à crítica “é a representação das coisas e dos fatos como se dão na existência empírica. Nas suas correlações causais e circunstanciais” (p.113). Sendo característico da consciência crítica a apreensão da causalidade autêntica através da investigação, problematização, reflexão e ação.

Durante o grupo de discussão as crianças destacam suas percepções sobre o ambiente, destacando os aspectos que mais as incomodavam durante a aula de

campo. O mais evidenciado foi os resíduos sólidos espalhados pelas ruas durante todo o trajeto. Destaca-se que esse aspecto também incidiu durante a entrevista semiestruturada com os pais e responsáveis. Durante o grupo de discussão o Secretário da Ilha dos Valadares reafirma que há na Ilha dois caminhões para coleta, inclusive a seletiva, tendo uma programação para a retirada dos resíduos sólidos, porém a população pouco colabora, deixando seus dejetos após o horário programado e os animais acabam espalhando a sujeira.

O Prefeito Municipal, finalizou o apontamento destacando que as caçambas sugeridas pelas crianças a serem espalhadas pela extensão da ilha seria uma alternativa arriscada, afinal poderiam torna-se “mini lixões”, devido à falta de sensibilização dos moradores. Ainda explicou que Valadares, assim como outros bairros que não obtém escrituras dos terrenos e a cobrança de impostos que contribuiria na coleta de resíduos sólidos é baixa, cabendo à prefeitura arcar com 80% dos gastos. Porém sua equipe já estaria empenhada na abertura de licitação para resolver essa questão em todas as ilhas da Baía de Paranaguá, em especial Ilha dos Valadares e Ilha do Mel (Diário de Bordo, 30/08/2018).

A respeito da coleta seletiva versa a legislação, no Código Ambiental do Município de Paranaguá, estabelecendo no Art. 263 que o poder executivo ficará autorizado a arrecadar a Taxa de Coleta de Lixo, que têm como incidência a utilização, efetiva ou potencial, pelo sujeito passivo do serviço.

O Porto da Bateira foi outro ponto que as crianças destacaram com o acúmulo de lixo, uma das crianças diz: “Olha professora que “campinho” legal para nós brincarmos, mas olha quanto lixo a sua volta”, neste momento uma das professoras regentes contextualizou a situação precária dos homens que realizam o serviço de travessia da ilha à Paranaguá pelo rio Itibere com bateira, uma embarcação de madeira guiada por remos, Criança 3 afirma: “Sei que o dinheiro que eles ganham é apenas para droga e naquelas casinhas, apontando para os ranchos de madeira, que usam”.

Cabe destacar que neste momento a segunda professora presente destacava às crianças a paisagem histórica dos casarões que contemplam a Rua da Praia de Paranaguá, berço da civilização Paranaense e que retratam a história do início do Paraná. Neste momento, um homem que estava no local se aproxima do grupo ao perceber que um dos celulares das professoras estava em cima de uma moto, porém, o motorista que estava acompanhando o grupo evita que o aparelho



fosse furtado com muita discrição (Diário de Bordo, 11/06/2018).

A problemática do "Porto da Bateira" nome culturalmente estabelecido pelos moradores, foi apontado pela Criança 4 na construção do mapa, durante sua fala procurou destacar que aqueles homens precisavam de condições dignas para um trabalho, ter onde guardar suas embarcações e alguém que fizesse o controle dos proventos recebidos. Durante a conversa a Professora 1 percebe que ele buscava descrever a organização a partir de uma ideia de cooperativa como uma solução. Para que se chegasse ao conceito foi problematizado com a Criança 4 até que a compreensão fosse atingida e exteriorizada na cartografia (Diário de Bordo, 12/06/2018). Durante a apresentação no grupo de discussão o próprio a criança inicia a conversa agradecendo a presença dos convidados e traz sua percepção, o Prefeito Municipal e vereador que é morador da Ilha dos Valadares, destacam que o local sofre por burocracias ambientais com órgãos responsáveis e que em outros momentos já foi solicitado que houvesse a implantação de um ponto para proteção da chuva e sol, mas que por estar em área de manguezal não era possível.

A Lei nº 12.651 de 2012 define que este tipo de Área de Preservação Permanente (APP) uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico, a força evolutiva atuante entre estas populações e de fauna e flora, atual via dispersão de polens, considerando a ocorrência da fragmentação do ambiente, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A balsa que realiza a travessia de carros e caminhões para a Ilha dos Valadares foi uma demanda, destaca durante a aula de campo. Realizamos uma parada no local e as crianças observaram o antigo reservatório de água que nos anos 1970 abastecia a Ilha, em que era retirada por baldes e bacias. Ao aproximar da balsa destacaram a precariedade das condições, durante a elaboração do mapa a Criança 3 destaca: "Ah a balsa, precisa falar da balsa, está muito ruim e é muito caro para atravessar. O que paga na balsa dá para compra 10 quilos de frango", fazendo referência ao valor de R\$ 17,00 cobrado (Diário de Bordo, 12/06/2018).

Seguimos o trajeto e logo em frete à balsa, encontra-se a Estação de Tratamento de Esgoto pela empresa privada P. S. que até o momento não está realizando a atividade do tratamento do esgoto. Fato este destacado pelo prefeito de Paranaguá durante o grupo de discussão, afirmando que no ano de 2017 ao

perceber que a cobrança estava sendo realizada aos moradores da Ilha dos Valadares solicitou que fosse cancelada, afinal estava em fase de teste, considerava que não poderiam estar cobrando dos moradores já que o serviço não estava sendo prestado na sua integridade (Diário de Bordo, 30/08/2018). A professora 1 durante a conversa destacou que recebeu o aviso no talão de cobrança da água do mês de agosto deste ano, e está informando que a partir do próximo mês estaria sendo cobrando a taxa de esgoto, fato que despertou na professora a iniciativa para trabalhar em sala de aula com as crianças do 5º ano sobre o saneamento básico.

As crianças realizaram uma pesquisa sobre o assunto e discutiram sobre o que descobriram em pesquisa e em conversa com seus familiares, uma delas destaca que foi importante conhecer como funciona o tratamento de esgoto e que surgiu a vontade de elaborar um livro falando sobre o assunto, através de uma história elaborada por eles. Durante a conversa a Professora 2 explica que retomará a história do acesso da água potável na Ilha dos Valadares e apresentou o esboço do livro (ANEXO 4) que as crianças estavam construindo (Diário de Bordo, 13/08/2018).

O assunto foi fundamentado na lei nº 11.445/2007 que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, defendido pelas crianças a necessidade do tratamento aos moradores da comunidade. A Lei Complementar nº 95 de 18 de dezembro de 2008 que dispõe sobre o Código Ambiental do Município de Paranaguá no art. 252 destaca:

Os serviços de saneamento básico, como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e distribuição final de esgotos, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza estão sujeitos à avaliação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sem prejuízo daquele exercido por outros competentes. (PARANAGUÁ, 2008).

Durante o grupo de discussão, a Criança 5 participante da pesquisa, cobra o Secretário da Ilha dos Valadares sobre a rua conhecida como “Beco do Óleo”, local de risco devido a constantes assassinatos decorrente ao tráfico de drogas, em que o pai da criança é o Pastor da Igreja próxima à região de manguezal. Segundo o menino em dias de chuva a água do esgoto mistura-se, contaminando as crianças que brincam nas ruas. O Secretário responde que já está no planejamento da



administração todo o manilhamento da região que iniciará no “Canarinho”<sup>5</sup> até a região do “Beco do Óleo”, acabando assim com as enchentes que assolam algumas casas costumeiramente em dias de chuvas. O assunto e o local “Canarinho” também foram destacados pelos pais durante a entrevista semiestruturada: “esse problema também de enchente, calçamento que lá é um lugar que é esquecido, tanto é que quando chove demais eu não consigo trazer Criança 6 pra escola” (Diário de Bordo, 20/06/2018).

Na sequência à entrevista com os pais, eles pontuam que além das enchentes e o resíduos sólidos decorrentes pela falta de comprometimento dos moradores com o ambiente, os cavalos soltos são outro fator que demanda preocupação: “os cavalos soltos na rua, além deles bagunçarem todo o lixo, as crianças correm o risco de serem atacadas pelos cavalos na rua, porque não tem um lugar aqui na ilha que eles possam colocar os cavalos”, (Diário de Bordo, 20/06/2018). No grupo de discussão o Superintendente de Meio Ambiente relatou que estará realizando um cadastro dos animais no município, para que os donos sejam responsabilizados quando deixarem de garantir os cuidados mínimos para o ambiente e o próprio animal.

Essa situação foi um dos pontos observados pelas crianças e pontuado no mapeamento participativo. A criança 7 durante a aula de campo destacou a necessidade de um local para os animais e sugere o calçamento das ruas próximas ao Parque da Ilha dos Valadares, denominado como Unidade de Conservação através do Decreto N° 3768 declarando de utilidade pública área na Ilha dos Valadares. O espaço é desconhecido pela maioria dos moradores, tanto que alguns já construíram casas na área localizada sudoeste da ilha. A situação discutida com pais e crianças foi outro ponto enfatizado com intensidade, um dos pais durante a entrevista relata que sua sogra comprou um terreno na região e até as suas filhas falarem sobre o fato após a aula de campo, os pais desconheciam a situação. Sendo que a partir da revelação estariam procurando advogados para resolução do problema (Diário de Bordo, 17/08/2018).

Nos questionamentos aos gestores sobre a situação, a professora aponta que no local não há uma placa denominando o local, isso poderia ser um impeditivo para as invasões. O prefeito afirmou que no município, uma equipe da Guarda Civil

---

<sup>5</sup> Um dos sub bairros culturalmente definido pelos moradores da Ilha dos Valadares.

Municipal está encarregada de monitorar esse tipo de invasão irregular e que a sugestão da placa é uma possibilidade a ser realizada.

As crianças apontaram dois locais possíveis para áreas de lazer para a comunidade, algo que ainda não é tão frequente, sendo um deles o antigo depósito de lixo, que atualmente tem a fábrica municipal de bloquetes, mas alguns moradores continuam a jogar resíduos sólidos no local. A Criança 7 sugeriu que no local fosse construída uma praça como o “Aeroparque”, local de caminhada e demais atividades esportivas e de lazer em Paranaguá, a sugestão foi bem receptiva pelo prefeito.

A segunda possibilidade de lazer, apresentada pela criança 6, seria reformar o Complexo Esportivo para a utilização de aulas de futebol e natação para os alunos do município. O Vereador 2 alega que a situação já se tornou pauta de suas reivindicações, porém, o local é de responsabilidade do governo do Paraná, mas que já estariam em negociações entre estado e município para que o local se tornasse de posse do município. A Laís foi uma das crianças que desde a aula de campo apontou o local como uma alternativa para as crianças realizarem atividades lúdicas e esportivas no local.

A interferência dos adultos durante a exposição do trabalho realizado com as crianças foi algo marcante e que necessitou de retomadas da pesquisadora, dirigindo para a proposta inicial: apresentar a percepção das crianças sobre o que desejariam como realidade para Ilha dos Valadares. Ao final do grupo de discussão, as gestoras que sofrem com os constantes arrumbamentos das escolas, sugeriram que a Criança 8 falasse da questão segurança. Percebeu-se que o participante não se fez entender o apontamento ou que não era uma de suas demandas, dizendo em tom baixo: “Mas isso não falamos”. Assim, as gestoras acabaram falando sobre o assunto fazendo a solicitação para Guardas Municipais na escola, sendo informadas pela Superintendente de Educação que no próximo início de mês teria o retorno dos guardas (Diário de Bordo, 30/08/2018).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações realizadas com as crianças na Ilha dos Valadares partiram de projetos já desenvolvidos na comunidade, anteriormente a pesquisa. A integração entre profissionais e pesquisadora, expandiram as possibilidades de discutir as problemáticas ambientais com os pequenos e seus familiares sobre o maior bairro

do município de Paranaguá e sua complexidade diante de sua especificidade.

O diálogo com as crianças e seus familiares, na perspectiva de problematizar a percepção destes sujeitos sobre a realidade de seu entorno e a partir do desejo da mudança sobre o espaço, foram movimentos em que a compreensão ambiental superou o imediatismo por dois aspectos. O primeiro pela problematização com as crianças e os seus responsáveis, o qual reafirmou durante os encontros uma convicção que defendo, ou seja, as mudanças são possíveis quando uma criança compreende que a partir de um conhecimento os fatos passam a ter sentido. Afinal, em vários momentos se percebe a influência da criança sobre os seus responsáveis, em que crianças ensinam os adultos e cobram mudanças de postura.

Segundo aspecto, foi marcado pela expressão concreta da percepção das crianças, evidenciando seus olhares críticos, exercitando seus papéis sociais e políticos na cobrança de mudanças. Percepção essa, marcada também pela materialização de seus olhares e compreensões do meio em que vivem, a partir das construções coletivas, da cartografia social e participante e, da carta como convite para discussão com os dirigentes municipais, em que elas foram ouvidas, assim como ouviram as dificuldades, desafios e avanços para a comunidade.

Ficou também evidente, que o exercício do reconhecimento do lugar em que vivem de modo crítico, aguçou suas percepções e abriu caminho para que as professoras fizessem a ligação com conteúdos que estavam trabalhando e outros que se acrescentou a este, porém de modo orgânico as crianças estudantes.

Por fim, esse movimento se revelou como um conhecimento construído a partir de uma relação coerente, profunda e ética no compromisso de apresentar o desejo na busca da superação da consciência ingênua à criticidade, a caminho da transformação.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO. C. R. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.

STRECK, D. R. (Org.) **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **A terceira margem do Rio**: anotações e fragmentos sobre a

experiência da pesquisa como um encontro. Campinas, 2017.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, defendido pelas crianças a necessidade do tratamento aos moradores da comunidade.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

ACSELRAD, H.; COLI, R. L. Disputas cartográficas e disputas territoriais IN: ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

CAVALCANTI, L. S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas; Papirus, 2018.

CORREIA, C. S. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre**. 2007. Tese de Doutorado.

FELISBINO, J. N; ABRAHÃO, C. M. S. **Ilha dos Valadares: história, cultura e meio ambiente**. Curitiba: Ed do autor, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LOUREIRO, F. Karl Marx: história, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza. In: CARVALHO, I. C. M; GRÜN, M; TRAJBER, R. **Pensar ambiental: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LÜCK JR, C. **Paranaguá: grande mar redondo: aqui nasceu o Paraná**. Curitiba: Ponto Desingn, 2009.

PARANAGUÁ. Lei Complementar nº 60, de 23 de Agosto de 2007. Estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município.

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 95, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o Código Ambiental de Paranaguá.

\_\_\_\_\_.Lei Complementar n °95 de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o código ambiental do município de Paranaguá.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

#### **4 AFINAL, EDUCAÇÃO PÚBLICA, EXPRESSÃO E AÇÃO DA CRIANÇA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E TRANSFORMAÇÃO: O QUE FOI POSSÍVEL? REFLEXÕES**

Finalizando esta dissertação e analisando os movimentos decorrentes do quatorze meses da pesquisa participante na comunidade da Ilha dos Valadares, destaco o compromisso firmado desde o primeiro contato com uma ciência crítica sobre a realidade, como possibilidade de se constituir instrumento e/ou suporte para as transformações. Ou seja, o exercício como pesquisadora, na direção do compromisso social com as classes excluídas, na busca da articulação e superação sujeito-objeto, teoria-prática, e tantos outros dualismos característicos da compreensão da ciência conservadora.

A opção para problematizar com as crianças a partir de suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que os participantes: crianças, responsáveis e professores desejariam como realidade, a inserção da criança como sujeito central da pesquisa na busca de compreender a cultura local, não se deu pela imposição, tampouco na espontaneidade, mas na relação dialógica entre essas dimensões, entre o que está socialmente constituído e sua apropriação. As duas dimensões estiveram garantidas num processo de pesquisa pelo enfoque democrático, de base dialética, à luz da emancipação.

Os movimentos sociais só se efetivam quando conseguem assumir ou serem incorporados as políticas públicas, caso contrário serão lutas que dificilmente avançarão, pois vivemos num país com um regime político representativo, ou seja, há um executivo e um legislativo, que devem consolidar as nossas proposições. Essa inspiração fortaleceu ao defender a pesquisa participante como metodologia a ser orientadora deste projeto ao aproximar às crianças dos dirigentes municipais, pois confio no poder de transformação a partir das crianças, das suas percepções e da capacidade de sensibilizar um adulto quando consegue demonstrar sua convicção a partir de suas aprendizagens e argumentos derivados destas.

As relações estabelecidas durante o mestrado geraram a intensa vontade de realizar as três pesquisas sobre a perspectiva interdisciplinar. A escolha da Ilha dos Valadares como local da pesquisa participante, foi reafirmar meu desejo e compromisso de mudança no local ao qual pertenço, da cultura que me constitui

uma profissional comprometida com a educação pública de qualidade. Durante o processo a integração e as ações coletivas em que se determinada qual sujeito e técnica utilizada por cada uma das pesquisadoras. No entanto, dado momento não se permitia haver limitações, as ações aconteciam e as interseções geravam diferentes movimentos de formação continuada e compromisso com a comunidade. Neste aspecto os sujeitos não eram apenas as crianças e suas famílias, mas também os professores e agentes de saúde.

Enfim, o processo de metamorfose a qual de permitir vivenciar durante a pesquisa destaco alguns pontos que preconizo: estabelecer o conhecimento a serviço dos desfavorecidos, neste caso com participação direta desses segmentos no processo de construção de seus próprios conhecimentos. Preconizo a inserção e o compromisso de pesquisadora na parceria com a resolução de demandas, de uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade.

A experiência desta pesquisa participante reafirmou que importância de romper com os muros da academia, realizar o desemparedamento da Educação Infantil e da Educação em qualquer nível, realizando a aproximação das/os estudantes, sejam crianças ou não, dos elementos da natureza e da realidade, como possibilidade de uma educação emancipatória. Nesta senda, nós docentes/pesquisadores/as, ao articularmos a prática docente acadêmica, envolvendo os/as estudantes e em diálogo com outros colegas profissionais, executores das políticas públicas, criamos condições objetivas para interferir em nossas realidades, encurtando a distância entre conhecimento e realidade social, escola e família.

O relato das percepções das crianças, professoras e famílias, evidenciam dialeticamente, que nossas ações são processuais, pois decorrem do que já construímos e das condições que tínhamos para tal, bem como do que ainda não fizemos, mas temos por horizonte. Somos o que fazemos, mas também somos o movimento que nos impulsiona a ser mais do que já somos.

Por fim, é possível afirmar, que essas realizações não são mágicas, pois se encontram em um universo maior e que hoje é ditado pelo capital, onde a educação é entendida como mercadoria, porém, a pesquisa mostrou que é possível uma educação pública que garanta o acesso e a expressão Freireana *da palavra dos estudantes e comunidade*. Uma escola pública que garanta a todos e todas, mas principalmente aos excluídos, o direito pelo conhecimento, que nasce de sua própria



história, e cultura e, quando reelaborado pelos próprios grupos populares, permite que o pensamento/ação se constitua em realidade objetiva refletindo a consciência e em um devir de novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS

BORGES, V. **A reconstrução de uma ética libertadora à luz de Paulo Freire**. Curitiba: CVR, 2013.

Brasil. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 9.795, de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução nº 2, 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil. v. I. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Ministério da Educação. Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil. v. II. Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Ministério da Educação. Resolução CEB n. 1, de 13 de abril de 1999. Diário Oficial da União. Brasília, 13 abr.1999.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Brasília: MEC, 2006

\_\_\_\_\_. Lei 12.796 de 4 de Abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Histórias de mova e de EJA: a respeito de quem fazer as perguntas e com quem buscar as respostas**, 2002.

\_\_\_\_\_. **Quando a Pedagogia tornou-se “do oprimido” Quando a Educação tornou-se “popular”**. Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. **A terceira margem do Rio: anotações e fragmentos sobre a experiência da pesquisa como um encontro**. Campinas, 2017.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016.

CHITTOZZI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

FREIRE, P. Criando métodos da pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 37ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, C. W. P. (Org.) **O desafio ambiental**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KEIM, E. J; SANTOS, R. F. Educação e sociedade pós colonial: linguagem, ancestralidade e bem viver. Santos: Paço Editorial, 2012.

KRAMER, S. et AL. **Encontros e desencontros de crianças e adultos na educação Infantil: uma análise a partir de Martin Buber**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072016000200135&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072016000200135&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 01 Jun. 2018.

LEFF, H. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. Olhar de professor, Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>>. Acesso em 01 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder.** 4. ed. Tradução de ORTH, L. M. E. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, F. Karl Marx: história, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza. In: CARVALHO, I. C. M; GRÜN, M; TRAJBER, R. **Pensar ambiental: bases filosóficas para a Educação Ambiental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. Complexidade e Dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.** Campinas, vol. 27. N. 94. P. 131-152. Jan/abr. 2006.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.** Tradução de ENDERLE, R. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política** Tradução: José Fernando Campos Fortes. 3ªed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MORIN, E. (2000). Os setes **saberes necessários à educação do futuro.** Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. (2001). **Da necessidade de um pensamento complexo.** São Paulo, Cortez

PERNAMBUCO M. M; SILVA, A. F. G. Paulo Freire: a educação e a transformação do mundo. In: CARVALHO, I. C. M; GRÜN, M; TRAJBER, R. **Pensar ambiental: bases filosóficas para a Educação Ambiental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

\_\_\_\_\_. Paulo Freire: uma proposta pedagógica ético-crítica para a Educação Ambiental. In: LOUREIRO, C.F.B.; TORRES, J. R. **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire.** São Paulo: Cortez, 2014.

PHILIPPI Jr., A. et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000.

ROCHA, E. A. C. Descaminhos da democratização da Educação da Infância. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/view/17562>> . Acesso em: 05 Mai. 2018.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M; CARVALHO, I. (Orgs.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

TIRIBA, L. **Educação Infantil como direito e alegria**, (2017).

\_\_\_\_\_. **Crianças da natureza**, (2010).

\_\_\_\_\_. **Educação infantil como direito e alegria**: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

TORRES, J. R. **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salette. **A paisagem sonora da Ilha dos Valadares**: percepção e memória na construção do espaço. In: DELOIZY, Francine Barthe; SERPA, Angelo. (Org.). **Visões do Brasil: estudos culturais em geografia**. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, 166-190.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, E. R. **A reorganização do espaço da sala de educação infantil**: uma experiência concreta à luz da Teoria Histórico-Cultural, Marília, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

## ANEXO 1 – CARTA MANIFESTA – TERCEIRO PRODUTO

Senhores Secretários e excelentes Prefeitos.

Nós alunos do Período Integral da Escola Gacela estamos participando de um Projeto sobre o Meio Ambiente da Ilha dos Ultradares. Fizemos um passeio pela Ilha e vimos muitas lixo pelas ruas e no rio. Gostaríamos de casinhas espalhadas pela Ilha, continuando o passeio passamos no ponto da laticeira e percebemos que podem ser feitas muitas melhorias, pensamos que seria bom que fosse construído um lugar para guardar as laticieiras e se abrigarem da chuva, um local onde fosse feita a contabilidade, como uma cooperativa, valorizando o trabalho de cada um desses cidadãos.

Fomos até a balça, lá vimos que o lugar está ruim para os carros descerem e subirem, não tem segurança e pode entragar os carros. Poderiam ser feitas algumas mudanças, uma rampa melhor, um preço mais baixo onde todos pudessem pagar, e que a balça funcionasse durante todo o dia e a noite toda.

Logo na frente, conhecemos a estação de tratamento da água, um local que muitos não conhecem e não sabem da sua importância. O que mais nos chamou atenção foi a poluição do mangue próximo a estação, ficamos muito triste, pois tinha lixo por todos lados, entre as folhagens nativas e os encanamentos.

Logo mais a frente fomos contemplando as paisagens

matucias que a ilha ainda tem. Para nossa surpresa  
 ca-huemas uma reserva ambiental (Parque Ambiental)  
 que nós conhecíamos, percebemos que esse lugar de  
 reserva está sendo invadido por pessoas que estão  
 comendo suas caças, estamos preocupados, pois daqui  
 mais um tempo não teremos mais esse lugar de  
 mata e animais nativos. Temos uma idêia de criar  
 projetos e reuniões, se fosse colocada uma câmara, fazendo  
 uma fiscalização rigorosa, evitando a invasão, sendo  
 assim comitê ambiental para colocar os caçadores que  
 ficam pelas ruas espalhando os lixo e colocando  
 nossos animais em perigo.

Visitamos a lição e vimos que ainda tem muito  
 lixo acumulado que melhorou com a cooperação  
 da comunidade, porém ainda um lugar tão grande  
 imaginamos uma bela praça, um local de lazer  
 para os moradores.

Já na volta do passeio, paramos no complexo  
 de Mac de lá, um lugar tão bonito, espaçoso que  
 está devastado, juntando mosquito da dengue e  
 pessoas usando drogas, causando problemas para  
 população. Esse lugar deveria ser usado pelas alunos  
 das escolas com atividades recreativas e esportivas.

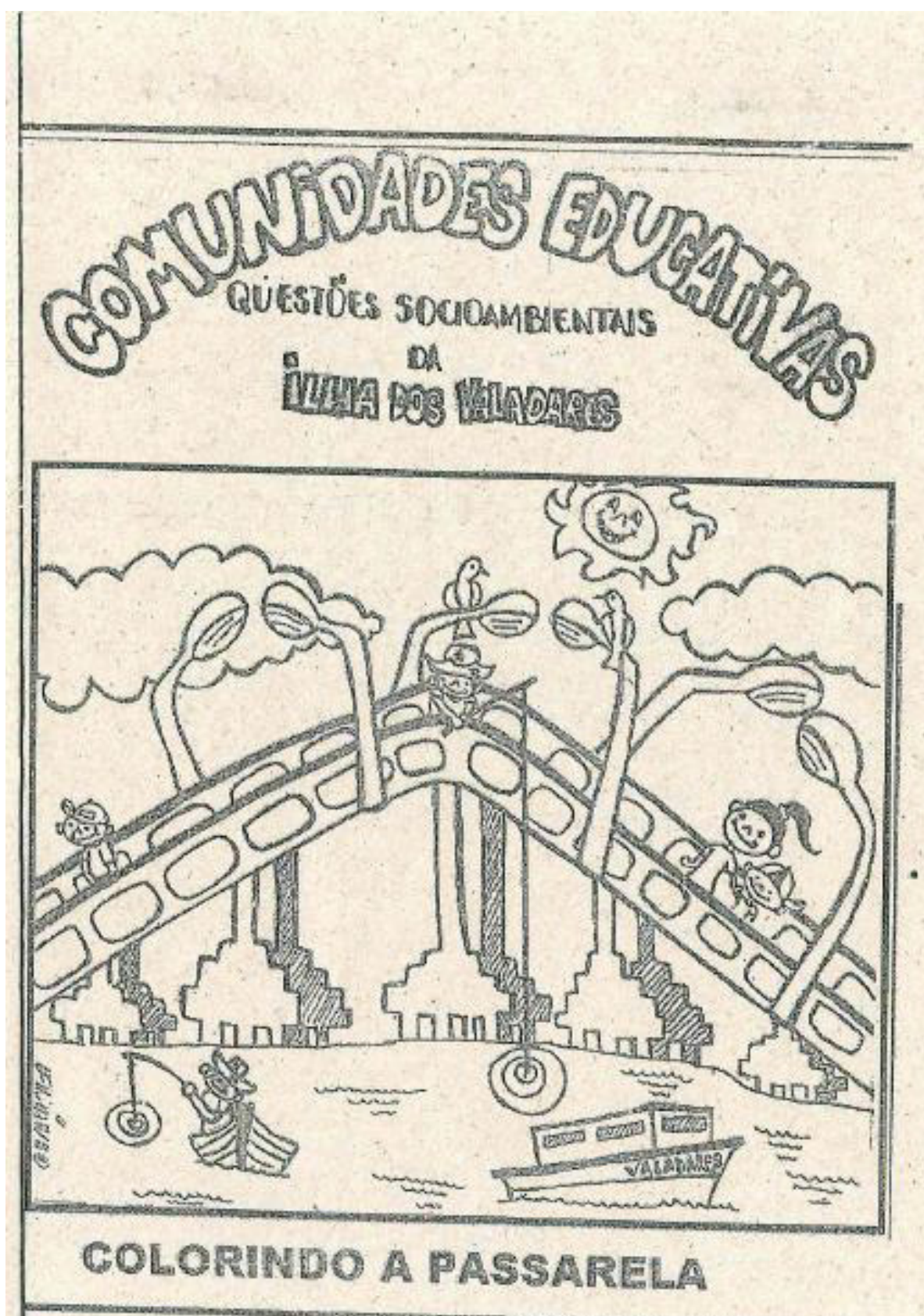
Agradecemos pela atenção e convidamos à estar  
 conosco aqui na Escola Gracilda para juntos conver-  
 samos sobre nossas idêias para nossa Ilha.

Um abraço até breve!

Isac, Ricardo, Carlos, Lucas, Kevin, Maria  
 Vitória, Mayara, Victória Oliveira, Ana,  
 Clara, Jacy, Renan, Gustavo, Cleonides e



## ANEXO 2 – ATIVIDADE LÚDICA



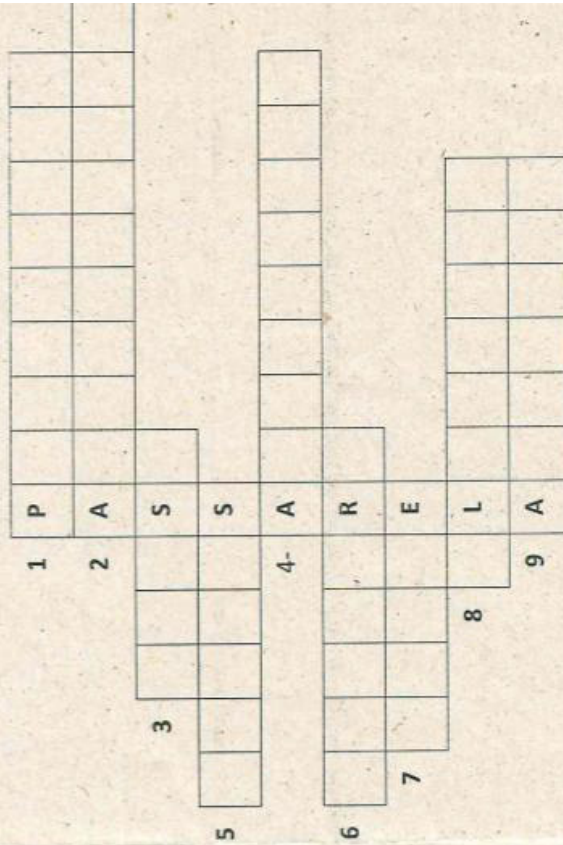


## Caçá - Palavras

A	C	E	S	S	O	Y	U	P	T	R	Q	U	M	W	B	Z	V
W	P	S	R	B	I	Y	I	N	S	U	L	A	N	O	Ç	T	E
D	O	P	P	N	W	T	E	R	R	I	T	O	R	I	O	I	
B	W	A	B	C	T	Ç	I	P	R	Z	U	R	P	Z	A	R	C
T	B	Ç	Y	R	W	C	B	N	C	I	W	A	P	L	C	X	U
W	X	O	V	T	E	R	E	P	T	V	Ç	V	C	Z	A	V	L
C	V	R	A	W	Q	X	R	M	V	R	T	E	K	L	V	Ç	O
D	P	A	S	S	A	R	E	L	A	C	W	S	Y	N	P	M	O
S	V	E	C	A	Ç	R	T	Y	U	R	E	S	P	E	I	T	O
R	W	T	V	R	U	P	W	X	Y	I	P	A	B	X	C	P	E
R	I	S	Q	W	V	Z	A	P	E	Q	W	R	T	P	U	B	P
A	B	P	E	D	E	S	T	R	E	S	R	E	Y	T	L	P	V
W	A	Z	A	B		E	W	M	A	Y	P	Ç	A	T	O	P	X
A	X	T	E	P	Ç	S	S	X	A	P	W	X	Y	Ç	S	V	I

ESPAÇO-INSULANO-ITIBÊRE-ATRAESSAR-PASSARELA-  
ACESSO-TERRITÓRIO-ÉÍCULO-PEDESTRE-RESPEITO

## Cruzadinha



- 1-Como são chamadas as pessoas que atravessam a passarela a pé?
  - 2-Veículo motorizado que tem acesso livre a passarela por prestar serviço a população?
  - 3-Transporte rebocador que dá acesso à Ilha dos Valadares?
  - 4-Ao respeitarmos o espaço do outro na passarela, evitamos muitos...
  - 5-Que tipo de sinalização é utilizada na passarela?
  - 6-Como chama-se o rio que passa debaixo da passarela da Ilha dos Valadares?
  - 7-Outro nome dado à passarela pela população?
  - 8-O que aconteceu com a passarela em 1994?
  - 9-Qual o primeiro nome que completa o nome dado a passarela da Ilha dos Valadares?
- A passarela chama-se .....José Santana Lobo.

### ANEXO 3 – PESQUISA COM OS PAIS FEITA PELAS CRIANÇAS

Escola Municipal Elizabete Almada Diaz  
Projeto: Comunidade

Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares  
Tema: Política e trânsito na ponte, espaço e territorialidade

Entrevista com os pais.

- 1) Como você vê o transito em geral na Ilha dos Valadares?
- 2) O que você acha do trânsito de bicicleta na passarela?
- 3) Aponte sugestões para melhoria do trânsito na ilha.
- 4) Dê sua opinião sobre o ônibus que transita na Ilha.

Aluno:  
Ano/turma:  
Data:

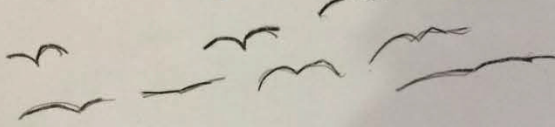






Citação Mordão da Ilha dos Veladores Preface 1ª edição 1977

Meus dias segunda terça e quinta Porque de Vós traz delusão



LI  
XO

Perme Suave

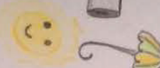
# SAVEAMENTO

Comilhões mais limpas e preservadas



Preserve o meio ambiente  
e trabalhe de toda parte  
tudo a conscientização importa.

A falta de conhecimento traz prejuízo  
quando o homem não sabe o que é preservar,  
não sabe o que é cuidar, não sabe o que é preservar.



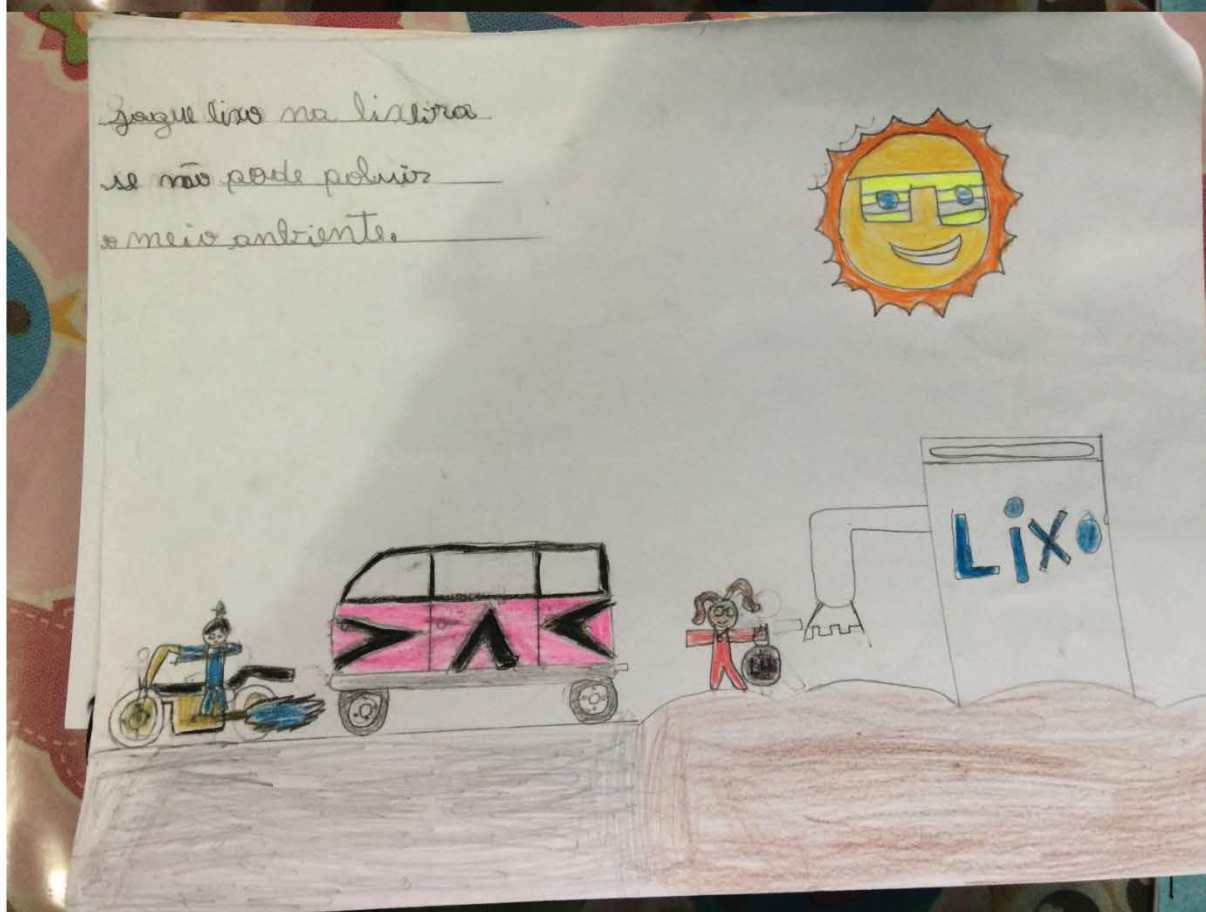
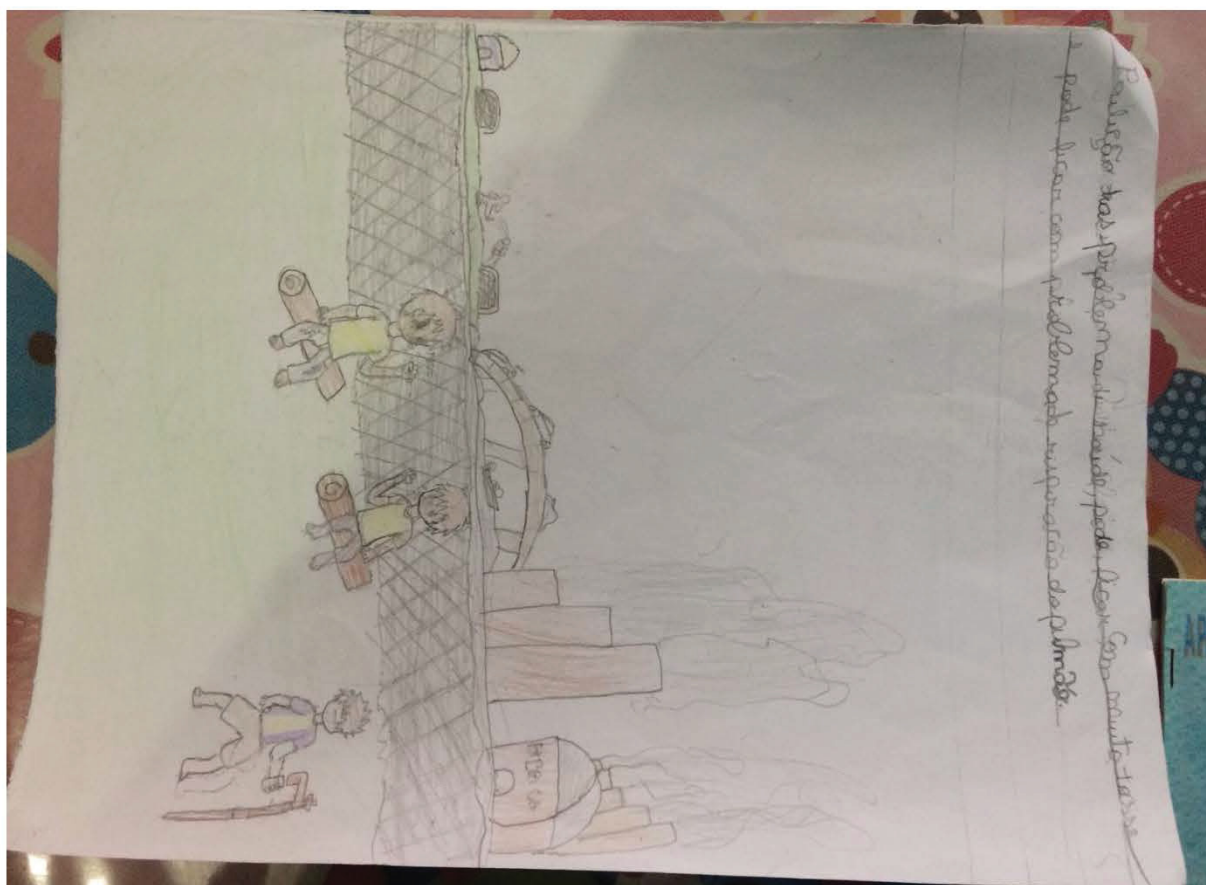
PRESERVE  
NATUREZA

Os moradores da Vila dos Valadares tem por direito ao saneamento básico pela lei nº 11.445/2007. Sua importância é na depuração das águas, prevenir doenças, preservação dos recursos hídricos e etc.



A importância do saneamento é totalmente necessária.







## APÊNDICE 1 – INSCRIÇÃO - COMUNIDADES EDUCATIVAS: QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES – PRIMEIRO PRODUTO



### COMUNIDADE EDUCATIVA – QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES

A questão socioambiental constitui-se como uma problemática de caráter eminentemente social, já que foram geradas e transpassadas por um conjunto de processos sociais. Entretanto, as ciências sociais não transformaram conceitos, métodos e paradigmas teóricos para abordar relações entre estes processos ambientais e as mudanças socioambientais emergentes.

Considerando a Ilha dos Valadares, o "maior bairro" do município de Paranaguá, com uma população estimada de 20.000 (vinte mil habitantes), segundo dados da Prefeitura de Paranaguá (2017), faz-se necessário avaliar e discutir junto à comunidade local a problemática.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá estabelece parceria com a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral e propõe um curso de extensão a três profissionais de cada instituição municipal da Ilha dos Valadares:

- CMEI "Arcelina Ana de Pina"
- CMEI "Nádia Lara Cunha Pereira da Cunha"
- CMEI "Nossa Senhora dos Navegantes"
- Escola Municipal "Gabriel de Lara"
- Escola Municipal "Graciela Elizabete Almada Diaz"
- Escola "Iracema dos Santos"

A metodologia estabelecida se dará por encontros semanais pensando num primeiro momento em caracterizar a Ilha dos Valadares a partir das problemáticas levantadas. Cada instituição focará num tema gerador, a partir dos temas serão desenvolvidas atividades com as crianças que culminará em três momentos expositivos, ambos na Praça Cyro Abalem.



### CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

SETEMBRO				
28/08/2017 Formação	06/09/2017 Formação	15/09/2017 Formação	22/09/2017 Exposição CMEI	29/09/2017 Formação

OUTUBRO		
06/10/2017 Formação	20/10/2017 Formação	27/10/2017 Exposição Escolas

NOVEMBRO		
10/11/2017 Formação	17/11/2017 Formação	24/11/2017 Formação

DEZEMBRO	
Apresentação Final do Seminário Municipal	



## Comunidades Educativas

### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_

Formação/ano: \_\_\_\_\_

Atividades desenvolvidas na Educação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome da instituição que atua: \_\_\_\_\_

Paranaguá, 28 de agosto de 2017,

\_\_\_\_\_

Assinatura

## APÊNDICE 2 – CARTA CONVITE À COMUNIDADE EDUCATIVA – 2º FASE

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL PARA  
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
POLO – UFPR

### COMUNIDADE EDUCATIVA QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS DA ILHA DOS VALADARES

Caros Colegas da Educação e Saúde da Ilha dos Valadares,

A Comunidade Educativa: Questões Socioambientais da Ilha dos Valadares surgiu no ano de 2017, movimento de discussão sobre as demandas sócio ambientais da Ilha dos Valadares. A proposta integra a pesquisa das mestrandas: Eliz Howard, Micaela Boaventura e Paula Inácio Pereira e conta com a participação de diretores, pedagogos, professores e educadores infantis das instituições de ensino da Ilha dos Valadares.

Num primeiro momento o objetivo era diagnosticar as demandas ambientais a partir de temáticas e cada instituição de ensino desenvolveu projetos, envolvendo as crianças, que culminou numa exposição na Praça Cyro Abalém.

Neste segundo momento a proposta é retomar os encontros, promovendo discussões que irão abranger, além dos profissionais da educação, Agentes de Saúde da Ilha dos Valadares, unir comunidade escolar e agentes de saúde, numa rede, objetivando planejar ações, conjuntas, para melhorar a qualidade de vida, da comunidade da Ilha dos Valadares, usando como ferramenta a Educação Ambiental.

A proposta é a realizar de seis encontros com duração de 2 horas cada, no Centro Municipal de Educação Infantil “Nossa Senhora dos Navegantes” a partir das 18h, de acordo com o calendário abaixo:

11/08/2018	Como o meio ambiente influencia na saúde
14/08/2018	Higiene
18/08/2018	Água: Educação para Saúde
21/08/2018	Dispositivos da Unidade de Saúde / Fluxograma
25/08/2018	Doenças Sexualmente Transmissíveis Gravidez na adolescência/Infância
28/08/2018	Percepção Criança / Professor / Agente de Saúde

A certificação será emitida pela Universidade Federal do Paraná. As inscrições serão realizadas no primeiro dia do encontro. Participe, venha fazer parte dessa rede.

Ass,



## APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – CRIANÇAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PAIS E/OU RESPONSÁVEL LEGAL

A criança \_\_\_\_\_ sob sua responsabilidade, está sendo convidada(o) por nós, Prof. Dr. Maurício César Vitória Fagundes professor/orientador e Paula da Silva Inácio Pereira aluna de pós graduação da Universidade Federal do Paraná, a participar de um estudo intitulado Da participação à educação popular: o olhar das crianças sobre o ambiente da Ilha dos Valadares – Paranaguá/PR buscando compreender como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço. Considerando que, a transformação a partir da reflexão sobre o espaço as transformações podem ocorrer, principalmente quando feita com crianças pequenas, em que a educação escolar assume a dimensão da vida (de onde nunca deveria ter se afastado).

a) O objetivo desta pesquisa é problematizar com as crianças suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que desejariam como realidade.

Para esclarecer a trajetória que consistiu do envolvimento na comunidade e os desdobramentos das ações realizadas com as crianças nos espaços formais e não formais da Ilha dos Valadares, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Re-conhecer junto à comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais;
- Descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse;
- Construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos desta pesquisa, propostas alternativas de transformação do ambiente.

b) Caso o senhor(a) autorize a participação da criança nesta pesquisa, será necessária a coleta de dados através da observação participante e grupo focal.

c) Para tanto, é necessário comparecer na Escola Municipal "Graciela Elizabete Almada Diaz", localizada na Ilha dos Valadares, s/n para aula de campo, saída entorno da Ilha dos Valadares e grupo focal a ser realizado na própria instituição, o que levará aproximadamente 3 horas, período em que às crianças permanecem no período integral.

Participante da Pesquisa:  
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE:  
Orientador:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
ICEP/SD  
Rua Padre Camargo, 285 | térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 |  
cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



d) É possível que a criança experimente algum desconforto, principalmente relacionado a cansaço.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o constrangimento ao responder algum questionamento ou enjoo durante a saída para aula de campo no trajeto, transportado por uma van.

f) Os benefícios diretos esperados com essa pesquisa é a conscientização de nossas crianças ao sentimento de pertencimento ao local, sua preservação e cuidado com o ambiente, acreditado que quando depositamos a expectativa de transformação através de uma educação emancipatória e crítica pelas crianças é capaz de convencer adultos já fadados às práticas reprodutoras de devastação do ambiente.

Os benefícios indiretos podem ser defesa de uma educação libertadora, a qual Paulo Freire tanto marcou em seus escritos, o caminho é direcionado pela educação popular, uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, através da participação em processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.

g) Os pesquisadores Paula da Silva Inácio Pereira pós graduanda e Prof. Dr. Maurício César Vitória Fagundes orientador, responsáveis por este estudo poderão ser localizados Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, localizada na rua Jaguariaíva, 512 - Caiobá, Matinhos - PR, telefone: (41) 3511-8300 ou (41) 98858-0193. Ou ainda, na Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá, localizada na Rua Antonio Fontes, 02, Centro, anexo à Biblioteca Municipal Leôncio Correia – Paranaguá/Pr, telefone (41) 34290-2861 ou (41) 99635-6351, no horário 8h às 12h – 14h às 18h para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, o orientador Prof. Dr. Maurício César Fagundes. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **identidade da criança seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

i) O material obtido em participação, grupo focal, imagens e vídeos será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído ao término do estudo, seis meses.

Participante da Pesquisa:

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE:

Orientador:





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



j) A despesa necessária para a realização da pesquisa com transporte não é de sua responsabilidade e o senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela participação da criança.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá nome da criança e sim um código.

p) Se o senhor(a) tiver dúvidas sobre os direitos da criança como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

q) Autorizo ( ), não autorizo ( ), o uso de (imagem – áudio – relatos) da criança para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a análise dos dados e sua forma de descarte será pela exclusão do material em mídias).

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo para o qual autorizo a participação da criança. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que somos livres para interromper a participação a qualquer momento sem justificar nossa decisão e sem qualquer prejuízo para mim e para a criança.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Pai ou Responsável Legal]

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

## APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS OU RESPONSÁVEIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu Paula da Silva Inácio Pereira, aluna de pós graduação da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, estou convidando o senhor(a) responsáveis legais das crianças do espaço formal e não formal da Ilha dos Valadares a participar de um estudo intitulado **Da participação à educação popular: o olha da criança sobre o ambiente da Ilha dos Valadares – Paranaguá/PR** buscando compreender como as crianças e suas famílias percebem o seu entorno e como desejariam que este espaço. Considerando que, a transformação a partir da reflexão sobre o espaço as transformações podem ocorrer, principalmente quando feita com crianças pequenas, em que a educação escolar assume a dimensão da vida (de onde nunca deveria ter se afastado).

a) O objetivo desta pesquisa é problematizar com as crianças suas percepções sobre o ambiente e os possíveis movimentos decorrentes dessa percepção, na direção do que desejariam como realidade.

Para esclarecer a trajetória que consistiu do envolvimento na comunidade e os desdobramentos das ações realizadas com as crianças nos espaços formais e não formais da Ilha dos Valadares, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Re-conhecer junto à comunidade ilhéu a cultura local e as demandas ambientais;
- Descobrir, em diálogo com as crianças e seus familiares a percepção sobre a realidade de seu meio e como desejariam que fosse;
- Construir coletivamente possibilidades, a partir da concepção dos sujeitos desta pesquisa, propostas alternativas de transformação do ambiente.

b) A participação na pesquisa será em um encontro de grupo focal, submetendo-se a responder alguns questionamentos.

c) Para tanto, é necessário comparecer na Escola Municipal “Graciela Elizabete Almada Diaz”, localizada na Ilha dos Valadares, s/n para grupo focal a ser realizado na própria instituição, o que levará aproximadamente 1 horas, no período noturno, iniciando às 19h30min com a previsão máxima de duração até às 20h30min.

d) É possível que o senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente relacionado a cansaço.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o constrangimento ao responder algum questionamento.

Participante da Pesquisa:

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE:

Orientador:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR  
JCEP/SD

Rua Padre Camargo, 285 | térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 |  
cometica.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



f) Os benefícios diretos esperados com essa pesquisa é a conscientização de nossas crianças ao sentimento de pertencimento ao local, sua preservação e cuidado com o ambiente, acreditado que quando depositamos a expectativa de transformação através de uma educação emancipatória e crítica pelas crianças é capaz de convencer adultos já fadados às práticas reprodutoras de devastação do ambiente.

Os benefícios indiretos podem ser defesa de uma educação libertadora, a qual Paulo Freire tanto marcou em seus escritos, o caminho é direcionado pela educação popular, uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, através da participação em processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória.

g) Os pesquisadores Paula da Silva Inácio Pereira pós graduanda e Prof. Dr. Maurício César Vitória Fagundes orientador, responsáveis por este estudo poderão ser localizados Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, localizada na rua Jaguariaíva, 512 - Caiobá, Matinhos - PR, telefone: (41) 3511-8300 ou (41) 98858-0193. Ou ainda, na Secretaria Municipal de Educação de Paranaguá, localizada na Rua Antonio Fontes, 02, Centro, anexo à Biblioteca Municipal Leôncio Correia – Paranaguá/Pr, telefone (41) 34290-2861 ou (41) 99635-6351, no horário 8h às 12h – 14h às 18h para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas, o orientador Prof. Dr. Maurício César Fagundes. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **identidade da criança seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

i) O material obtido em participação, grupo focal, imagens e vídeos será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído ao término do estudo, seis meses.

j) A despesa necessária para a realização da pesquisa com transporte não é de sua responsabilidade e o senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela participação da criança.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá nome da criança e sim um código.

l) Se o senhor(a) tiver dúvidas sobre os direitos da criança como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259.

Participante da Pesquisa:

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE:

Orientador:

**Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR**  
|CEP/SD

Rua Padre Camargo, 285 | térreo | Alto da Glória | Curitiba/PR | CEP 80060-240 |  
cometeca.saude@ufpr.br – telefone (041) 3360-7259



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM  
MESTRADO PROFISSIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS



O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

q) Autorizo ( ), não autorizo ( ), o uso de minha (imagem – áudio – relatos) para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a análise dos dados e sua forma de descarte será pela exclusão do material em mídias).

Eu, \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo para o qual autorizo a participação da criança. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que somos livres para interromper a participação a qualquer momento sem justificar nossa decisão e sem qualquer prejuízo para mim e para a criança. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Paranaguá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Pai ou Responsável Legal]

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]